

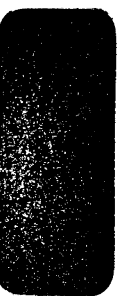
Descentralização das Ações de Apoio à Reforma Agrária

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
PCT/IN CRA-IICA

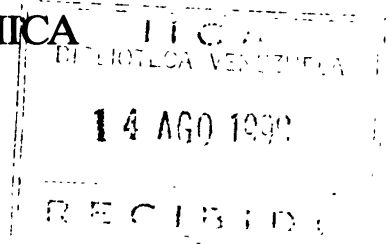


Gabinete do Ministro Extraordinário
de Política Fundiária
Instituto Nacional de Colonização e
Reforma Agrária

Instituto Interamericano
de Cooperação para a Agricultura



Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA
PCT-INCRA/IICA



DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

**Gabinete do Ministro Extraordinário
da Política Fundiária – MEPF**

**Instituto Nacional de Colonização
e Reforma Agrária – INCRA**

**Instituto Interamericano de Cooperação
para a Agricultura – IICA**

00003580

110-
E11
20

Esta publicação foi elaborada a partir do relatório final do *Seminário sobre descentralização das ações de apoio à Reforma Agrária*, realizado em Recife, nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 1997.

ORGANIZAÇÃO:

CARLOS MIRANDA – IICA
Coordenação Geral

SÉRGIO BUARQUE E TÂNIA BACELAR – PCT–INCRA/IICA
Responsáveis pelo relatório final

GABRIEL KATER E GERSON VICTOR – PCT–INCRA/IICA
Relatores dos debates

JOÃO ELMO SCHNEIDER
Coordenador do PCT–INCRA/IICA

ALICEU MATHEUS
Apoio Logístico

EQUIPE DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Editor

Marcelo Carvalho de Oliveira

Preparação de originais e revisão de provas

Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Editoração eletrônica

Míriam de França Moreira

SUMÁRIO

Apresentação, 5

1. INTRODUÇÃO, 7

1.1 Objetivos, 8

1.2 Participantes, 8

1.3 Estrutura do Seminário, 8

2. PALESTRAS: RESUMO, 11

2.1 Globalização, desenvolvimento local e Reforma Agrária – Sérgio C. Buarque, 11

2.2 Reforma Agrária ou Reformas Agrárias – Marcos Correia Lins, 18

2.3 Agricultura Familiar e seu espaço no ambiente atual – Nazaré Wanderley, 19

2.4 Movimentos sociais e Reforma Agrária – Leonilde Medeiros, 21

2.5 Descentralização das ações de apoio à Reforma Agrária no Brasil: tendências e desafios – Tânia Bacelar de Araújo, 23

3. PAINÉIS: RESUMO, 29

3.1 Painel sobre a descentralização das ações de apoio à Reforma Agrária – Aécio Gomes de Matos, Antônio Bezerra Peixoto, Cirilo Pimenta, Espedito Rufino de Araújo, Bernardo Manzano Fernandes, Josemar de Sousa Lima, 29

3.2 Painel sobre o INCRA – Milton Seligman, Aécio Gomes de Matos, Marcos Correia Lins, Abdias Vilar de Carvalho, Hugo Herédia, José Vaz Parente, 35

4. SÍNTESE E CONCLUSÕES, 43

4.1 Convergências, 43

4.1.1 Sobre a descentralização, 43

4.1.2 Sobre a forma de implementação de descentralização, 44

4.1.3 Sobre as atribuições dos parceiros, 44

4.1.4 Sobre as dificuldades para o processo de descentralização, 44

4.2 Divergências, 45

4.2.1 Sobre a abordagem, 45

4.2.2 Sobre o modelo de descentralização, 46

5. ANEXOS, 47

5.1 Programa de trabalho, 49

5.2 Coleção de transparências, 53

5.3 Relação dos participantes, 85

APRESENTAÇÃO

O “Seminário sobre Descentralização das Ações de Apoio à Reforma Agrária” constituiu momento marcante do debate em curso sobre a temática da descentralização de políticas públicas voltadas para o grande desafio de tornar realidade a Reforma Agrária no Brasil.

O evento, promovido no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica entre INCRA e IICA, que tem nesse tema o foco central de suas atividades, proporcionou a constatação de que às proposições teóricas e de modelos operativos, que tanto emanam da esfera pública como expressam tendências do desenvolvimento contemporâneo, se contrapõem também experiências práticas de descentralização, protagonizadas pelos movimentos sociais e outros atores locais, adicionando elementos de maior concretude às discussões sobre o assunto.

Por outro lado, evidenciou-se também a complexidade de que se reveste o processo, na medida em que incursiona sobre intrincadas teias de relações de poder nas diferentes esferas da administração pública e nas estruturas sócio-políticas do agro brasileiro, trazendo à tona o caráter ainda polêmico do tema da descentralização e da Reforma Agrária.

A riqueza das contribuições oferecidas pelos palestrantes e participantes nos painéis e debates, durante o seminário, não podia ficar apenas retida na memória, sempre seletiva, dos presentes, nem restrita ao seleto grupo de convidados que se reuniram para o evento. Por isso, com a intenção de oferecer um registro mais completo, ainda que sintético, das questões e proposições levantadas na ocasião e proporcionar uma circulação mais ampla das idéias apresentadas pelos participantes, o PCT-INCRA/IICA publica o Relatório Final do mencionado Seminário, contendo resumo de todas as palestras apresentadas, bem como das intervenções dos integrantes dos painéis e das principais questões levantadas durante os debates.

1. INTRODUÇÃO

A literatura internacional e nacional sobre a temática do desenvolvimento contemporâneo tem revelado que a descentralização de políticas públicas é uma tendência que interage favoravelmente com o novo paradigma produtivo e tecnológico e com a globalização. No Brasil, nos anos recentes, experiências vêm se acumulando na montagem de modelos descentralizados para a formulação e implementação de políticas sociais.

No caso da Reforma Agrária, a herança de condução do INCRA é centralizada, inclusive porque as metas a alcançar nesse tipo de política pública eram muito modestas. Registra-se esforço recente de desconcentração de atribuições, mas que se tem revelado insuficiente, dado o número crescente de assentamentos a implantar, o que sugere a necessidade de discutir novas estratégias, caminhos, práticas e modelos de operação para os órgãos públicos envolvidos no apoio à Reforma Agrária e, em especial, o INCRA.

O Ministério Extraordinário da Política fundiária (MEPF) vem discutindo, juntamente com a alta direção do INCRA, propostas de descentralização, e já produziu documentos preliminares com as idéias centrais que devem nortear essa opção. Trata-se de documento para discussão, mas o debate apenas se iniciou, dentro e fora do Governo. Paralelamente, estão sendo negociadas e instaladas (como ocorreu recentemente em Pernambuco) Comissões Estaduais de Reforma Agrária.

Nesse contexto, dispõe-se de insumos suficientes para aprofundar e ampliar a discussão, daí a idéia do presente Seminário, que se encontra inserido no Plano de Trabalho para 1997 do Programa de Cooperação Técnica INCRA/IICA.

1.1 Objetivos

O Seminário teve como objetivos principais:

- a) aprofundar o debate sobre a descentralização das ações de apoio à Reforma Agrária, vista no ambiente atual do país, e
- b) discutir os desafios e as perspectivas para o INCRA, em face da perspectiva da descentralização das ações de apoio à Reforma Agrária.

1.2 Participantes

O Seminário contou com setenta participantes, incluindo membros da Assessoria do Ministro (Drs. Aécio Gomes de Matos e Marcos Lins), do Presidente do INCRA, Dr. Milton Seligman (que coordenou o painel de encerramento), de gerentes de alto escalão do INCRA (Diretor de Assentamento, Superintendentes e Adjuntos, Chefes de Divisão ou assessores de nove Superintendências do INCRA e de consultores do INCRA em Programas de Cooperação Técnica do IICA, PNUD e FAO. Estiveram presentes, também, Presidentes de Órgãos Estaduais de Terra, representantes de Governos Estaduais, de ONGs, professores universitários que vêm estudando agricultura familiar e processos de Reforma Agrária, além de convidados especiais (como um assessor da CONTAG e outro do MST).

1.3 Estrutura do Seminário

O Seminário foi realizado em dois dias e meio e teve três focos temáticos, tratados em cinco palestras e dois painéis.

Primeiro dia: O novo ambiente da Reforma Agrária no Brasil, organizado em torno de quatro subtemas, objeto de palestras, seguidas de debates com os participantes:

- Globalização, Desenvolvimento Local e Reforma Agrária (a cargo do consultor do PCT–INCRA/IICA, Sérgio C. Buarque)

- Reforma Agrária ou Reformas Agrárias? (a cargo do assessor do Ministro, Dr. Marcos Lins)
- Agricultura Familiar e seu espaço no ambiente atual (a cargo da prof^a Maria Nazaré Wanderley/UNICAMP)
- Movimentos Sociais e Reforma Agrária (a cargo da prof^a. Leonilde S. de Medeiros/CPDA–UFRJ).

Segundo dia: Descentralização das Ações de Apoio à Reforma Agrária, organizado em torno de uma palestra, seguida de debate, e um painel com debates.

- A Palestra sobre “Descentralização das Ações de Apoio à Reforma Agrária no Brasil: Tendências e Desafios (a cargo da consultora do PCT–INCRA/ IICA, Tânia Bacelar de Araújo)
- Painel sobre “A Descentralização das Ações de Apoio à Reforma Agrária: avanços da proposta do Governo” (apresentada pelo assessor do Ministro, Dr. Aécio Gomes de Matos) foi complementado pela “Visão dos principais atores envolvidos na Reforma Agrária”, apresentada por: Espedito Rufino (assessor da CONTAG), prof. Bernardo Fernandes/UNESP (com assessorias prestadas ao MST), Antônio Bezerra Peixoto (presidente do Fórum Nacional do Órgãos Estaduais de Terra), Josemar de Sousa Lima (Superintendente da ONG “ Instituto do Homem ”, do Maranhão) e Cirilo Pimenta (Prefeito de Quixeramobim/CE).

Terceiro dia (manhã): Os Desafios para o INCRA, foco temático organizado sob a forma de um painel, coordenado pelo Presidente do INCRA, Dr. Milton Seligman, e integrado por Aécio Gomes de Matos (assessor do Ministro), Abdias Vilar (Superintendente adjunto do INCRA em PE), Marcos Lins (assessor do Ministro), além de José Vaz Parente e Hugo S. Herédia (da direção da CNASI).

2. PALESTRAS: RESUMO

A seguir, estão resumidas as idéias centrais expostas nas cinco palestras.

2.1 Globalização, desenvolvimento local e Reforma Agrária

Sérgio C. Buarque

O palestrante começa por mostrar que globalização e desenvolvimento local parecem constituir dois pólos de um mesmo processo complexo e contraditório, exercendo forças de integração e desagregação, dentro do intenso jogo competitivo mundial. Ao mesmo tempo em que a economia se globaliza, surgem fortes tendências de alternativas e soluções locais e ampliação das formas de produção e organização da economia e sociedade no espaço.

Conceitua a globalização como “uma nova fase da internacionalização do capital com conotações muito particulares que resultam de dois fatores básicos: a *natureza e intensidade da revolução científica e tecnológica* – que transforma as bases da competitividade internacional, com redução das distâncias físicas e quebra das barreiras e fronteiras territoriais – e a *liberalização e integração dos mercados* de bens e serviços – incluindo tecnologia e informação – e de capital, com a formação de megablocos econômico-comerciais”. As transformações nos processos produtivos e organização econômica ocorrem numa *velocidade e ritmo acelerado e inusitado* que intensificam as disputas competitivas e o redesenho da economia mundial, obrigando as economias nacionais e locais a uma permanente atualização.

Entende o palestrante que, dessa forma, a globalização não é apenas mais uma fase de internacionalização do capital, mas, pela sua natureza, representa a implantação e a difusão de um novo paradigma de desen-

volvimento que altera os padrões de concorrência e revoluciona as condições de acumulação de capital e as bases das vantagens competitivas das nações e regiões. No novo paradigma, as vantagens competitivas deslocam-se da abundância de recursos naturais, dos baixos salários e das reduzidas exigências ambientais – predominantes no ciclo expansivo do pós-guerra – para a liderança e domínio do *conhecimento e da informação* (tecnologia e recursos humanos) e para a qualidade e excelência dos produtos e serviços.

Mostra que a globalização combina um movimento de *homogeneização dos mercados* com a *diversificação e flexibilização das economias* e dos mercados locais, integrando e articulando o local ao global. Sendo a *valorização do local e do diverso* a contraface da globalização e da uniformização e padronização mundial dos estilos de desenvolvimento, confere ao local uma nova dimensão e importância para a própria consolidação do processo de globalização.

A propagação da reestruturação da economia mundial e do novo padrão de competitividade tem um impacto importante e contraditório nas economias locais: tanto pode levar a uma desestruturação e desorganização da economia e sociedade local, quanto pode abrir novos espaços de desenvolvimento, recriando brechas nos mercados locais e regionais, com atividades e serviços que demandam uma proximidade territorial, com ou sem integração com produtores internacionais. Além disso, surgem também novas brechas e oportunidades para produtores locais nos mercados externos, com base na sua especificidade e explorando sua diversidade.

As formas novas e baratas de comunicação e transporte – com destaque para a telemática – permitem que empresas dos países e regiões mais atrasados possam acessar mercados em larga escala e em todo o mundo, ampliando as oportunidades econômicas e comerciais. A *virtualidade dos mercados*, criada pela telemática, permite que pequenos negócios se integrem em grandes mercados, articulados pelo sistema de informação, de modo que podem acessar compradores nos mais distantes espaços, com baixo custo e volume de capital. Com isso, a globalização associa centralização econômica com descentralização produtiva, integrando o sistema em redes produtivas e alianças estratégicas.

As perspectivas e alternativas de desenvolvimento do território, nos mais diferenciados espaços, estarão, cada vez mais, dependentes das

características dominantes na economia mundial, nos modelos produtivos e, principalmente, nos padrões de competitividade que devem prevalecer em escala mundial e nacional.

Destaca, em seguida, que a competitividade local é dinâmica e seletiva, e tanto pode expressar a abertura de brechas nos mercados internacionais quanto a disputa por espaços nos mercados locais, no entorno imediato e regional, nos segmentos de maior capacidade e vantagem locacional. Não só para exportar e se integrar mundialmente, mas para vender localmente a preços inferiores aos dos produtos externos e de forma seletiva e diferenciada, além de atrair investimentos e capitais, é necessário construir as vantagens competitivas locais e municipais, com base nas potencialidades em infra-estrutura econômica, logística, recursos humanos – especialmente educação e capacitação profissional – e desenvolvimento tecnológico.

Em seguida, passa a aprofundar a temática do Desenvolvimento Local, entendido como processo de *elevação das oportunidades da sociedade* e de *melhoria das condições de vida da população* em pequenas unidades territoriais, com base na *mobilização das energias e suas capacidades e potencialidades endógenas*. O desenvolvimento local demanda, por outro lado, uma *ampliação da base produtiva econômica* da localidade e da sua *capacidade de integração competitiva com o contexto* regional e nacional, com suas tendências de transformação que gerem e redefinam oportunidades e ameaças.

O desenvolvimento local inclui tanto a pequena comunidade (como os assentamentos de Reforma Agrária), como o município ou mesmo microrregiões homogêneas de pequena escala territorial. O desenvolvimento municipal é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local, com uma *amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município*. Pode ser mais amplo que a comunidade e menos abrangente que o microrregional ou supramunicipal (aglomeração de municípios ou partes de municípios constituindo uma região homogênea).

O município tem, normalmente, uma amplitude territorial adequada à mobilização das energias sociais e integração de investimentos potencializadores do desenvolvimento, além de contar com uma grande aderência político-administrativa e permitir uma participação efetiva e mais estreita da população.

Ressalta o palestrante, em seguida, que o desenvolvimento local e a descentralização são processos distintos, embora possam estar ligados e

associados às condições concretas das localidades e municípios. Associado a iniciativas e capacidades endógenas das populações e suas instâncias político-administrativas, o desenvolvimento local nem sempre decorre diretamente de um processo de descentralização político-administrativa. Mas a descentralização pode representar uma base importante para estimular e facilitar o desenvolvimento local, criando as condições institucionais para organização e mobilização das energias sociais e decisões autônomas da sociedade.

Considera que os assentamentos de Reforma Agrária devem ser entendidos como um componente importante de desenvolvimento local com corte espacial limitado à área do assentamento (pode ser menor ou maior que os municípios). Desta forma, é um espaço de intervenção concentrada e articulada de diferentes instâncias e pode ser um núcleo catalisador do desenvolvimento local e municipal. O desenvolvimento dos assentamentos exige uma inserção e uma interação com o contexto, especialmente com a dinâmica e as estratégias de desenvolvimento municipal, recebendo influências e iniciativas positivas externas e procurando oferecer contribuições para o desenvolvimento municipal. Dentro de uma perspectiva de globalização, o desenvolvimento dos assentamentos deve buscar a viabilidade econômica e a capacidade competitiva, e deve compreender o processo de globalização e as perspectivas de mercado global e local.

O palestrante busca, em seguida, então enfocar a Descentralização, vista como processo de *transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores*, entre as quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territoriais de menor amplitude e escala. Representa uma efetiva mudança da escala de poder, conferindo às unidades comunitárias e municipais capacidade de escolhas e definições sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos. Não pode ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

Municipalização é uma forma de descentralização administrativa das políticas e dos mecanismos de intervenção pública para o plano municipal, com transferência efetiva da capacidade decisória para o município como

espaço de poder local. Caso particular de descentralização, a municipalização corresponde ao corte espacial de menor amplitude na organização institucional brasileira (inferior ao âmbito estadual ou microrregional).

Embora identificada com uma redistribuição de poderes no interior da administração pública – da União ou Estado para o município –, a municipalização deve ser combinada com o aumento de poder e responsabilidade decisória da sociedade municipal e deve ser ampliada para a descentralização na direção das comunidades e subconjuntos espaciais no interior do município, incluindo os assentamentos de Reforma Agrária.

A descentralização e a municipalização representam uma tendência histórica recente, tanto em nível mundial quanto nacional. Por outro lado, baseiam-se nos princípios de subsidiaridade, segundo os quais tudo que puder ser feito de forma mais *eficiente* – com economia de meios –, *eficaz* – assegurando a realização das metas – e *efetiva* – gerando os resultados gerais na realidade – por uma entidade espacialmente menor, como o município ou instâncias locais, não deve ser feito por um organismo maior, como o Estado (UF) ou a União. Os princípios da subsidiaridade também consideram que a sociedade local deve assumir uma função central de decisão e gestão, num processo de descentralização do Estado para a comunidade: tudo que puder ser feito pela sociedade não deve ser realizado pelo Estado (setor público), limitado à responsabilidade pelas atividades que a sociedade não possa realizar.

Com base nos princípios de subsidiaridade, em princípio, os governos locais deveriam ser os provedores de serviços individualizados, os governos regionais seriam melhores provedores de serviços, cuja operação transcende fronteiras locais, e o governo nacional deveria responsabilizar-se pelos serviços que demandam uma gerência central. De um modo geral, as instituições públicas deveriam reduzir sua atuação direta como produtoras de bens e serviços, para se concentrar no papel de promotor e regulador das atividades públicas no plano local.

Esclarece que o processo de descentralização pode se dar de duas formas diferentes e complementares:

- a) *descentralização Estado-Estado* – transferência de funções e responsabilidades de gestão de instâncias espacialmente diferenciadas, da mais ampla para a mais reduzida e local. Inclui a

transferência de funções e responsabilidades da União para Estados e municípios e dos Estados para municípios, e a transferência de responsabilidades dentro da mesma instância para suas unidades descentralizadas no espaço.

- b) *descentralização Estado-sociedade* – democratização da gestão e transferência para a sociedade da capacidade de decisão e execução de atividades, gestão de recursos e prestação de serviços, tradicionalmente concentradas nas mãos das unidades estatais e governamentais. Esta descentralização pode ser diferenciada em dois cortes, segundo o tipo de repasse de responsabilidades: *decisão e deliberação* – com transferência de responsabilidades na definição das políticas – e *execução* – transferência para a sociedade da função executiva dos projetos, atividades e serviços públicos (terceirização com diversas formas de participação e regulação pública).

Com a descentralização, o município e a comunidade (assentamentos) devem constituir-se em catalisadores das forças econômicas e energias sociais, e em síntese e convergência da intervenção e atuação de diferentes instituições estaduais, regionais e nacionais. Mas o corte municipal não pode levar a um isolamento do âmbito territorial restrito, ignorando o contexto social, o econômico e, principalmente, o ecológico, nos quais está inserido e com os quais estabelece uma relação de interação e intercâmbio intenso (trocando externalidades negativas e positivas, numa relação de controle, concorrência e/ou complementaridade).

A influência e o peso dos problemas e interesses locais podem levar a visões e decisões da sociedade excessivamente localizadas e isoladas das condições e determinações do contexto, diminuindo a importância das *iniciativas estratégicas* e podendo representar uma *atomização e fragmentação* das ações no plano local. Esta tendência, reforçada pelos próprios limites de informação das sociedades locais, pode restringir a eficácia das iniciativas e programas de desenvolvimento, pela falta de percepção dos processos globais em que o local está inserido e interagindo, e de condições concretas do ambiente.

Finalmente, ressalta que a descentralização da Reforma Agrária, em particular, demanda uma redistribuição de responsabilidades internas ao INCRA (sede e superintendências) e, principalmente, a construção da

parceria com órgãos locais, a participação da sociedade nas decisões, além do repasse das responsabilidades de execução de projetos e serviços para a sociedade (organizações não-governamentais).

No debate, foi inicialmente colocada a crescente importância dos mercados para os assentamentos, em face do processo de globalização. Destacou-se, por exemplo, que existem oportunidades representadas pela demanda crescente de produtos orgânicos e informou-se sobre a disposição de duas *trading companies* para comprar tudo o que for produzido pelos assentamentos com essa característica. Foi enfatizada, ainda, a necessidade de encaminhar os problemas de forma descentralizada, envolvendo INCRA, Governos Estaduais, Cooperativas e outras instituições públicas e privadas.

Foi colocado, também, que a forma de orçamentação utilizada pelo Governo Federal dificulta a flexibilização necessária na aplicação de recursos, num processo de descentralização. Os avanços tecnológicos e as inovações organizacionais são fatores que, articuladamente, favorecem a descentralização. Trata-se de quebrar a centralização com a descentralização coordenada, concentrando a gestão pública no controle dos resultados, em lugar do controle dos processos.

A globalização foi vista, também, através de sua face excludente, geradora de pobreza. Questionaram-se as perspectivas da maioria dos municípios brasileiros, sem recursos, diante desse processo. Em contrapartida, foi colocado que a globalização pode abrir novas oportunidades. A questão é como fazer para que essas populações tenham acesso a informações e novas tecnologias. Tornam-se necessários uma forte ação do Estado e um grande esforço educacional.

A postura da Reforma Agrária, diante da globalização, foi colocada fugindo ao dilema “adaptar-se ou defender-se”. A questão passa pelo entendimento dos rumos do processo, buscando aproveitar e fazer o que é possível dentro do novo ambiente.

Foi colocada, por fim, a necessidade da articulação do desenvolvimento do assentamento com o desenvolvimento municipal, tendo sido ressaltado que o PCT-INCRA/IICA tem trabalhado com essa orientação. O assentamento tomando a Prefeitura e outros atores presentes no município como parceiros de seu desenvolvimento. A utilização de metodologias participativas no município e no assentamento aparece como um dos caminhos para estabelecer parcerias.

2.2 Reforma Agrária ou Reformas Agrárias

Marcos Correia Lins

O palestrante começa ressaltando que a dimensão do Programa de Reforma Agrária implementado pelo Governo Brasileiro se ampliou muito nos últimos anos e que ele é percebido pelos camponeses e trabalhadores sem terra como *mecanismo redistributivo capaz de ampliar o acesso à propriedade*.

A orientação de corte redistributivista, mantida ao longo dos últimos anos, tendeu a criar *zonas de concentração de assentamentos*, o que encoraja novas reivindicações (o que chamou de “fenômeno de contágio que supre o baixo nível de organização dos pobres rurais do Brasil”). Ressalta, ainda, a crescente adesão da opinião pública dos grandes centros urbanos à idéia da Reforma Agrária.

Constata significativos ganhos de produtividade na desapropriação de terras, com visível melhoria na eficiência do INCRA e mudança de atitude da Magistratura, acelerando a intervenção redistributiva. Aponta para o crescimento dos recursos aplicados (PROCERA, por exemplo), à medida que cresce o número de famílias assentadas, embora registre a ausência de um plano de conjunto que norteie as ações do Governo. Isso faz com que o Governo oriente suas ações para atender a demandas sociais em presença.

Destaca, no entanto, que o Governo está convencido de que seu fazer atual é insuficiente, e busca diversificar o elenco de ações, dentre as quais destaca: o Projeto Casulo, Cédula da Terra, Banco da Terra, entre outras. Cita, ainda, o exemplo de uma iniciativa estadual, a “Reforma Agrária Solidária”, do Governo do Ceará. Considera que a possibilidade de inovar advém da credibilidade adquirida pelo Governo na fase atual. E aproveita para salientar a iniciativa do Governo, ao propor a discussão da descentralização.

Conclui pela necessidade de testar o que chamou de “ferramentas de um novo tipo” e pela recomendação de atentar para a diversidade das situações existentes, aproveitando para propor discutir “as reformas agrárias” necessárias.

No debate que se seguiu à exposição, argumentou-se que o Governo está longe de atender à demanda que vem dos movimentos sociais e

explicitou-se que Reforma Agrária é entendida pelo movimento social como sendo mais que distribuir terra, posto que é vista como forma de “reestruturar o agro” no Brasil. Foi apontada a baixa qualidade dos assentamentos, como um dos problemas mais sérios do processo, além da dificuldade de se colocar a Reforma Agrária como parte do processo de desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil.

Abre-se também uma discussão sobre a necessidade de ter-se um Plano Nacional de Reforma Agrária (que não obteve consenso) e, especialmente, a de refazer o Sistema de Planejamento – que seria montado de forma descentralizada, e que teve mais apoio dos participantes que a idéia do Plano.

Destaca-se, ainda, a conjuntura de queda de rentabilidade da atividade agropecuária (reflexo, em parte, da política macroeconômica) e a perda de importância da terra como “reserva de valor” no pós-Plano Real (quando a terra perdeu metade de seu valor), o que permite ampliar a oferta de terras para o Programa de Reforma Agrária.

2.3 Agricultura Familiar e seu espaço no ambiente atual

Nazaré Wanderley

A palestrante começou fazendo uma abordagem conceitual, mostrando que “produção familiar” é uma categoria genérica que esconde a existência de formas diversas (no tempo e no espaço) de organizar a produção agropecuária. Destaca a “agricultura camponesa” como uma forma especial de organização da produção baseada em dois elementos: i) o sistema de produção baseado na policultura e na criação, e ii) o estabelecimento de um horizonte de gerações (funciona hoje, pensando no amanhã). Daí o “campesinato” ter gerado uma “cultura própria”, pela qual se produz para gerar um patrimônio para a família.

Já a “agricultura familiar moderna” teria, para alguns teóricos, sido “fabricada” pelo Estado Moderno e, para outros, seria resultado da continuidade de sua própria tradição, embora interagindo com as políticas do Estado. Ela enfrenta novos desafios com as armas de que dispõe, e “seu lugar na sociedade depende de como a sociedade a vê”. Por isso, os agricultores franceses seriam estimulados (a sociedade os valoriza) e os poloneses teriam sido marginalizados (e sua existência apenas tolerada)

nos tempos do socialismo, onde se valorizavam as formas coletivas de organização da produção.

No Brasil, o “agente do progresso” sempre foi visto como sendo a grande propriedade, e a agricultura familiar era negada. O modelo brasileiro é, nesse sentido, original. A modernização da agricultura brasileira deu-se via modernização do latifúndio. E mais, a “propriedade” impôs-se sobre o produtor (donde o rentismo e o uso da terra como reserva de valor), o que explicaria a capacidade de resistência e o poder do latifúndio, mesmo improdutivo. Essa é uma das principais razões pelas quais se termina o século XX com plena presença da “questão fundiária” no país. Isso explicaria, também, o desperdício de terras (185 milhões de ha de latifúndio) e de gente (milhões de pessoas despropiadas, produtores sem terra ou marginalizados nas periferias urbanas em função do êxodo rural intenso).

A expositora destaca, então, que a agricultura familiar no Brasil tem duas características centrais:

- é portadora de precariedade estrutural
- é bloqueada no seu desenvolvimento

Constata, também, no Brasil, a permanência de uma histórica “fome de terra”, que reaparece agora na pressão social por Reforma Agrária.

Conclui que ainda há fortes restrições ao funcionamento da agricultura familiar no país, e que é esse quadro de restrições que norteia as estratégias dos produtores e de suas famílias. O papel do Estado no momento atual seria o de estimular a luta pelo acesso à terra e por uma novo lugar da agricultura familiar no Brasil do futuro, com ações de Reforma Fundiária e apoio ao desenvolvimento dos assentamentos.

O debate começou por destacar que a controvérsia sobre a viabilidade da produção familiar no novo contexto mundial está superada lá fora. A flexibilidade inerente ao novo paradigma produtivo e tecnológico abre espaço a vantagens econômicas para a agricultura de pequena escala, como se vê em documento recentemente publicado pelo Banco Mundial. E passa-se a discutir por que isso não influencia e repercute no Brasil, onde o questionamento dessa viabilidade continua. A permanência desse questionamento é encontrada, em parte, no fato de que a Universidade brasileira “caiu na armadilha” de considerar a agricultura patronal como a única forma moderna e competitiva de desenvolver a agricultura.

Em seguida, destacou-se que existe a necessidade da redefinição do conceito de desenvolvimento, incluindo a cidadania e o progresso tecnológico. Foi destacado que cientistas do porte de Alain Touraine vêm internacionalizando o debate sobre movimentos, como Chiapas (México) e o MST (Brasil), que tentam também reconstruir o “conceito de desenvolvimento” e rever o papel da agricultura familiar nos tempos atuais.

2.4 Movimentos sociais e Reforma Agrária

Leonilde Medeiros

A palestrante começa concordando com a precarização e o bloqueio como características importantes da agricultura familiar brasileira, antes evidenciadas pelo prof^a Nazaré. E destaca que isso tem um “custo político”. Mas enfatiza que há novidades na conjuntura:

- a Reforma Agrária volta com força ao debate nacional;
- o debate sobre a viabilidade e a validade da agricultura familiar também ganha força. É vista, inclusive, como “âncora” de um novo “modelo de desenvolvimento” pelos movimentos sociais (cita documento recente da CONTAG), ao mesmo tempo em que
- os movimentos urbanos perdem força (em meio ao desemprego crescente e à intensa reestruturação produtiva, concomitante com a rápida abertura econômica em tempos de globalização).

Destaca, ainda, que, por meio da luta pela Reforma Agrária, os movimentos sociais buscam construir um “novo contrato social”, ou seja, buscam mais que acesso à terra: pretendem trazer para o mundo dos direitos, para o espaço público, para a cidadania amplas camadas da sociedade brasileira.

Ressalta que o movimento social rural – submetido a forte repressão na fase da ditadura – retoma sua atividade na redemocratização, partindo da legislação aprovada pelo regime militar: o Estatuto da Terra. Mas daí resulta um mínimo de assentamentos novos. Nos anos 80 é que começa a se ampliar a luta, no cenário do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e a demanda por Reforma Agrária questiona o “sucesso” da

modernização conservadora da agricultura brasileira. Considera que não é por acaso que o MST nasceu na região Sul, onde se havia realizado intensa “modernização” da base agrícola, nos anos do regime militar.

Acrescenta que vale ressaltar que o movimento social rural incorpora a “questão ambiental”, muito presente no debate mundial nos anos 80. E a questão ambiental aponta para os “limites” da modernização conservadora.

Considera que, nos anos 90, a luta pela Reforma Agrária se recoloca num ambiente distinto. Uma característica importante, nesse novo contexto, é que o emprego na cidade começa a rarear (o que bloqueia a alternativa do êxodo rural). A Reforma Agrária começa, então, a ser vista como a possibilidade de criar empregos (a custo menor que o emprego urbano). Celso Furtado, aliás, tem destacado que o Brasil é um país singular, em meio à crise mundial do emprego: tem terra disponível e pessoas dispostas a produzir na terra.

No movimento social, a *viabilidade do assentamento* torna-se crucial. Daí a busca de formação de cooperativas, de desenvolvimento de agroindústrias, de propostas de articulação entre a produção familiar do assentamento e outros agentes econômicos, etc.

Outra “novidade” é que os movimentos sociais recusam a “meia cidadania”, daí a amplitude de sua pauta de reivindicações (que extrapola, de muito, a luta por acesso à terra e por condições para produzir, para incluir habitação, educação, saúde, lazer, programas para a juventude ...). Coloca na agenda de debates a questão da “pobreza” de amplas camadas da população brasileira.

Com essa agenda ampla, o movimento social rural constringe, desafia, interpela o Estado. Chama o Estado a intervir em apoio a suas demandas. E multiplica-se o número de assentamentos (precedidos de acampamentos e ocupações), em dimensão antes desconhecida. E articula, no debate, luta pela terra e luta por um novo lugar para a produção familiar. E por cidadania.

Para a palestrante, o “dado novo” dos anos 90 são a revitalização e a resignificação da demanda por Reforma Agrária, não a partir apenas dos “sem-terra”, mas de todo um conjunto de trabalhadores que ou podem progressivamente se identificar como tal (como no caso de assalariados) ou ampliar os termos da discussão, colocando a defesa da agricultura familiar no centro do debate político.

A luta do movimento social é, além do mais, “incômoda” do ponto de vista político, pois denuncia a falta de cidadania no campo brasileiro. E consegue apoio amplo na sociedade urbana brasileira e a solidariedade internacional. Daí a dimensão que tendeu a ganhar o debate sobre a Reforma Agrária nos tempos atuais.

O debate começa por destacar que a Reforma Agrária é vista como um processo maior que o INCRA, uma vez que não basta apenas instalar o excluído na terra. Os assentamentos de Reforma Agrária são parte do sistema de criação de produtores agrícolas familiares. Além do mais, foi destacado que as demandas dos movimentos sociais não se esgotam no acesso à terra, e a Reforma Agrária não ficará apenas na redistribuição de terras. E que as ações do Governo têm vindo a reboque dos movimentos sociais.

2.5 Descentralização das ações de apoio à Reforma Agrária no Brasil: tendências e desafios

Tânia Bacelar de Araújo

A palestrante começou referindo-se ao fato de que o debate sobre descentralização não é brasileiro (mas, internacionalmente, o tema está em evidência) nem se refere apenas à Reforma Agrária (dada a tendência à descentralização de outras políticas públicas, em especial as políticas sociais). Mostrou que, em tempos de globalização, o fato de os atores globais operarem de forma descentralizada (embora o comando do movimento de globalização esteja bastante concentrado) termina levando à definição de estratégias empresariais de descentralização. E relembra o que foi ressaltado por Sérgio Buarque: as novas tecnologias (especialmente as de transmissão de informações) também estimulam a descentralização (sobretudo da gestão).

Vindo para o ambiente brasileiro, apresenta como impulsionadores da descentralização de políticas públicas: i) o privilégio que as políticas governamentais vêm dando à integração competitiva dos pólos dinâmicos da economia nacional à economia mundial (levando ações públicas para certos pontos do território e propiciando parcerias e atuações descentralizadas; ii) a crise do setor público e a reforma do Estado (que impulsionam tendência a delegar atribuições a esferas inferiores da administração

governamental); e iii) pressões da própria sociedade, na fase pós-centralização que marcou o período militar recente, para descentralizar a ação pública e submetê-la a um maior controle pela sociedade civil.

Destaca ainda que, nesse contexto, os principais riscos são: o de uma descentralização atomizada e fragmentadora (o que remete ao debate da descentralização coordenada); o da desobrigação resultante da delegação de atribuições sem que haja meios, em poder de quem recebe, para assumi-la. Há, ainda, o risco de uma mera desconcentração (ou seja, delegação de tarefas sem transferência de poder e de acesso à participação da sociedade na gestão das políticas descentralizadas).

No que se refere especificamente à Reforma Agrária, enfatiza que a descentralização é um processo complexo, dada a amplitude das políticas envolvidas, que vão desde a ação fundiária (que altera a propriedade privada) a políticas de promoção do desenvolvimento da produção agropecuária familiar (com crédito, pesquisa, assistência técnica, oferta de infra-estrutura, entre outras) e atingem, também, as políticas sociais (habitação, saúde, educação...).

Destaca que a herança brasileira recente é de um Estado superavitário, mas com uma atuação restrita (número modesto de assentamentos) e centralizada (o INCRA assumindo praticamente todas as tarefas e criando nos municípios verdadeiros “territórios federais”), enquanto o cenário atual é de crise do setor público, com multiplicação do número de assentamentos (o que altera a escala do programa) e de experiências descentralizadoras.

Por sua vez, Estados e Municípios não têm tradição de atuar nos assentamentos federais, embora existam em diversos Estados assentamentos que não são do INCRA. As administrações municipais, além de não terem experiência em programas de Reforma Agrária, têm, ainda hoje, a maioria dos prefeitos com a visão do assentamento como “território do INCRA”. Acrescente-se que no nível local é que atua com mais força o poder dos grandes proprietários rurais, o que não pode ser desconsiderado em uma estratégia de descentralização que pretenda ampliar a ação reformista e multiplicar o número de assentamentos. Por outro lado, as municipalidades têm assumido crescente papel nas políticas sociais, importantes nos assentamentos, e no nível local atuam diversas ONGs, muitas com experiência exitosa em programas de apoio ao desenvolvimento da agricultura de base familiar e a projetos sociais.

Outra marca relevante da Reforma Agrária é que a ação de desapropriação é, constitucionalmente, atribuição federal, havendo um grande consenso que assim deve continuar (o que desaconselha falar em descentralização, nesse caso específico). O debate começaria, portanto, na descentralização das chamadas “ações de apoio à Reforma Agrária”, ou melhor, ações de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos.

A palestrante expôs, em seguida, o resultado de estudo que vem fazendo sobre a visão dos atores mais relevantes na Reforma Agrária e sobre a descentralização, e identifica convergências e divergências recolhidas em entrevistas. Destaca, ainda, pontos relevantes para o diálogo com os movimentos sociais, os Governos Estaduais e Municipais e com ONGs, a respeito desse tema. Um ponto comum à grande maioria dos atores é que o “processo de descentralização, nesse caso, deverá ser, necessariamente, gradual, negociado, e flexível o suficiente para dar conta da heterogeneidade de situações existentes no país”.

O estudo tem revelado visões convergentes dos diversos atores estratégicos envolvidos na Reforma Agrária, dentre as quais se destacam: a idéia de manter a desapropriação como atualmente disposta na Constituição Federal e uma grande rejeição a meros movimentos de estadualização ou municipalização (o que implica continuidade da presença ativa do Governo Federal no processo de Reforma Agrária e, em especial, no seu financiamento). A recusa à descentralização da ação fundiária é convergente, embora fundamentada por razões distintas: prefeitos conservadores não a querem para não assumirem o ônus de não a realizar em função de seus compromissos políticos em nível local, enquanto movimentos sociais não a querem, por considerarem que o poder dos latifundiários bloquearia a ação reformista, se delegada a instâncias inferiores do Governo. A recusa à descentralização, como sinônimo de desobrigação do Governo Federal, também une atores em posições sociais e políticas distintas.

Outra observação relevante do estudo é que, para os movimentos sociais, a descentralização não é mais tema de debate: é uma prática. Montam sua pauta de demandas e buscam apoio nos mais diversos níveis e junto aos diferentes organismos. Ou seja, há muito “descobriram” os interlocutores locais.

Fica claro, também, que para os movimentos sociais, especialmente para a CONTAG, o foco básico não está apenas nos assentamentos, mas em toda a agricultura familiar (de dentro e de fora dos assentamentos). E esses movimentos vão além da busca de apoio à produção: buscam a cidadania para esses produtores e suas famílias, daí a amplitude da pauta de demandas que colocam para os diversos níveis de Governo.

Já a proposta de descentralização do Governo Federal ainda é pouco conhecida, e quando esse conhecimento ocorre, é vista com reservas. O receio de que seu real objetivo seja a “desobrigação” é muito forte, tanto entre os movimentos sociais, quanto nos Estados e Municípios.

O debate amplo da proposta do Governo Federal certamente passará pela discussão de pontos essenciais, como:

- a descentralização vista como forma de ampliar o apoio ao desenvolvimento da produção familiar (dentro e fora dos assentamentos), o que remete também à discussão da articulação de políticas federais, como a de Reforma Agrária e o PRONAF, ou a discussão de como ampliar a assistência técnica, via LUMIAR, a unidades que não estão em áreas de assentamento, entre outros pontos;
- a descentralização como forma de ampliar a participação de entidades locais, estaduais e representativas dos assentados na condução do programa de Reforma Agrária;
- a necessidade de ter definição clara sobre o papel, ou os papéis, a ser exercido pelo INCRA.

Com os Estados e Municipalidades, também surgem alguns pontos prioritários para o debate:

- clareza quanto ao financiamento das ações do setor público;
- discussão de parcerias (em que e como), verificando-se ampla disposição por parte dos prefeitos e Governos Estaduais para atuarem em tarefas de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos, especialmente em oferta ou manutenção de infraestrutura econômica, infra-estrutura social, apoio a vistorias, entre outras.

Cabe observar que os prefeitos entrevistados tendem a perceber os assentamentos mais como problema (sobretudo os que são politicamente ligados às oligarquias ou dela fazem parte), mas muitos já percebem o assentamento, também, como uma oportunidade de atrair investimentos para seu município.

Finalmente, num gráfico (ver transparência, anexa), foi detalhado o foco inicial do debate a ser realizado sobre a descentralização, no caso da Reforma Agrária: as ações de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, nos assentamentos, e as destinadas à melhoria das condições de vida das famílias desses produtores.

A palestrante ainda referiu-se a estudo ora em curso, contratado ao IICA pelo INCRA, que aprofunda uma questão complementar, considerada relevante: verificar até que ponto o município seria o *locus privilegiado* de integração do assentamento à vida do país. Isso quebraria o isolamento (dominante nas experiências pretéritas), melhoraria as condições para alcançar a sustentabilidade do assentamento (social, econômica e política) e poderia melhorar as condições para a emancipação do assentamento em relação ao INCRA. Mas isso ainda está sendo analisado, e entrevistas estão sendo feitas com assentamentos que têm (ou não) experiência de construção de vínculos com o restante da realidade municipal onde se situam.

Ao longo dos debates, foi destacado que em algumas superintendências do INCRA (como as de Goiás e Rio Grande do Sul) já se realiza um planejamento participativo para decidir sobre a alocação dos recursos orçamentários destinados aos assentamentos.

No que se refere à escolha dos beneficiários, foi lembrado que o INCRA tem “normas” com critérios que precisam ser respeitados no momento da escolha das famílias a assentar. Quando existem ocupações, esses critérios têm que ser observados. A descentralização dessa atribuição exigirá rever essas normas. Nas condições atuais, torna-se necessária uma negociação entre o INCRA e os movimentos sociais.

Um ponto polêmico da discussão foi a tendência a manter centralizada no Presidente da República a atribuição de desapropriar. Alguns debatedores lembram que Governadores Estaduais têm disposição (mas não podem) para atuar nesse papel. A flexibilização dessa atribuição, no entanto, foi ponto polêmico. Foi lembrado que Governadores de Estados

que têm terras públicas sem ocupação estão fazendo o oposto do que a sociedade pede: titulando essas terras para poderosos empresários. Isso mostraria a heterogeneidade de situações a considerar numa provável delegação dessa atribuição.

Também se discutiu a possibilidade dos recursos federais para os assentamentos serem distribuídos nos Ministérios competentes (Saúde, Educação, Transportes, etc.) e não destinados ao INCRA. Mas isso exigiria uma maior articulação intergovernamental, que não é tradição no Brasil (inclusive por razões políticas, como no caso de “loteamento” dos Ministérios). Alternativa: poderia se deixar os recursos no INCRA e praticar o planejamento descentralizado e participativo para alocá-los. Na opinião de alguns debatedores, o que predomina no INCRA é a desconcentração e não a descentralização (falta delegar mais poder, ainda muito centralizado em Brasília), para que as representações da sociedade e dos prefeitos (pelo menos) possam participar do processo de definição da alocação dos recursos Federais destinados aos assentamentos de Reforma Agrária.

Os representantes da CNASI destacaram a abordagem “criteriosa” feita no estudo apresentado ao INCRA pelos consultores do IICA e consideraram que o trabalho até aqui realizado remete a discussão para seu devido lugar. Esclareceram que os servidores do INCRA não são contra a descentralização, embora não aceitem que ela venha “através de decreto”, ou seja, sem ampla discussão.

3. PAINÉIS: RESUMO

O Seminário contou com dois importantes painéis. O primeiro, sobre a Proposta de Descentralização, tal como a vem formulando o Governo Federal, em especial o MEPF, seguida da apresentação da descentralização, tal como a vêm praticando os Movimentos Sociais, as ONGs, os organismos estaduais de Terra e os prefeitos, quando também foi apresentada a visão de cada um desses atores sobre a proposta do Governo. O segundo painel tratou especificamente dos Desafios para o INCRA nessa fase de crescente número de assentamentos e de famílias assentadas e a assentar, ao mesmo tempo em que avançam práticas descentralizadoras ou descentralizadas, dentro e fora do Governo Federal.

3.1 Painel sobre a descentralização das ações de apoio à Reforma Agrária

Começou com a exposição do assessor do Ministro, Dr. Aécio Gomes de Matos, que iniciou registrando a dificuldade de discutir o tema no contexto atual de crise financeira do Setor Público, reconhecendo que a reação dominante, especialmente entre Governos Estaduais e Municipais, é a de receio de que o Governo Federal queira apenas repassar atribuições. Informou que o Ministério tem uma proposta, formulada em setembro de 1997 e aprovada pelo Ministro e pela Diretoria Plena do INCRA, e que é a partir dela que se tem trabalhado a idéia de descentralização das ações ligadas à Reforma Agrária. Considera que a proposta do Governo Federal é “reativa”, uma vez que nesse próprio Seminário ficou claro que os movimentos sociais já praticam a descentralização, apresentando sua pauta de demanda a agentes federais, estaduais e municipais.

Em seguida, apresentou um rápido resumo do documento oficial (anexo ao presente relatório), destacando os seus pressupostos, que são:

- a) a descentralização é uma necessidade, dado os condicionantes do contexto atual e a dimensão que vem tomando o Programa Federal de Reforma Agrária;
- b) a desapropriação deverá continuar centralizada, como prevê a Constituição Federal;
- c) a descentralização é concebida como um movimento coordenado, e a coordenação colegiada inicial será exercida pelos Conselhos Estaduais de Reforma Agrária, em instalação em alguns Estados (começando por Pernambuco);
- d) a descentralização não exime de responsabilidade nenhum ator (inclusive o Governo Federal);
- e) a descentralização não se passa por meio de atos burocráticos, sendo um processo de construção (de base construtivista, portanto).

Informou que todos os pontos da proposta são suscetíveis de discussão, embora reconheça que a proposta ainda seja pouco conhecida. Acrescentou que ainda se tem dúvidas sobre como constituir a Secretaria Executiva do Conselho Estadual e que esse é um ponto importante a discutir nos Estados, com agentes públicos e representantes da sociedade civil. Destacou, por fim, que o debate da proposta de descentralização não tem sido fácil com o INCRA (nível das Superintendências) e com os movimentos sociais.

No debate, Antônio Bezerra Peixoto, representando os Institutos Estaduais de Terra (ANOTER), começou por destacar que a Descentralização da Reforma Agrária não pode ser uma ação isolada, devendo fazer parte de uma Política Agrária Nacional, consubstanciada num Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Considera que a Política Agrária deve integrar as Políticas de Desenvolvimento do país, e que um Plano Nacional da Reforma Agrária é um instrumento indispensável. O Plano deve ser abrangente e incluir a descentralização como um de seus pontos centrais, entre outros (como a integração, a regionalização, a participação).

Considera de grande importância para a agilização e redução de custos e descentralização da Reforma Agrária a criação de um “Fundo de Terras”

(ver detalhe em documento anexo). Propõe também o que chama de “Sistema Nacional de Reforma Agrária”, que deve englobar todas as instituições públicas e entidades da sociedade civil organizada que participam da Reforma Agrária.

Defende que as responsabilidades e poderes para desapropriar devem ser revistos, considerando que o monopólio da União não é a melhor escolha. Recomenda uma parceria entre os Estados e a União nessa tarefa, utilizando os Títulos da Dívida Agrária (TDA), seja quem for o expropriante.

Por sua vez, Josemar de Sousa Lima, como presidente de uma ONG, começa por destacar que a Reforma Agrária, tal como se dá no Brasil de hoje, está a requerer um novo modelo gerencial, não só pela dimensão quantitativa do Programa, mas pelo papel dos atores envolvidos. Considera que o Poder Central não está preparado para assumir o papel de promotor desse processo complexo, que é uma Reforma Agrária. E lembra que o município é uma esfera esvaziada. Tem-se, portanto, na sua visão, um espaço aberto para conceber modelos alternativos.

Daí ser importante discutir: o que vamos descentralizar e para quem. Lembra que há experiências avançadas em outras políticas públicas (saúde), mas lembra as especificidades da Reforma Agrária.

Propõe, então, um modelo bem descentralizado, com a criação de um Fundo Municipal (gerido por um Conselho local), para onde seriam destinados os recursos a serem aplicados nos assentamentos de Reforma Agrária (sendo o repasse feito via “contrato de gestão”). Cada um dos novos assentamentos teria o seu Plano de Desenvolvimento, a partir do qual se orientaria a alocação dos recursos, feita pelo Conselho do Fundo. O Governo Federal delegaria às Universidades a pesquisa e a educação continuada. E a assistência técnica seria provida em nível de cada município. Trata-se, portanto, de modelo bem descentralizado e com ampla participação de entidades não-governamentais.

Em seguida, o professor Bernardo Fernandes, que atua como consultor do Movimento dos Sem-Terra, começou sua participação no Painel, assegurando que essa discussão não existe no MST. O que existe é uma prática pela qual se busca obter o apoio de diversos atores governamentais (em diversos níveis) e atores não-governamentais.

Destaca que, no seu entender, o que há no Brasil é uma luta pela Reforma Agrária, e, por isso, o Estado vem a reboque. Considera que se tem que repensar o conceito, pois considera que a Reforma Agrária

demorou tanto a ser feita no Brasil que o conceito ficou ultrapassado. Acha que a “mercantilização” da Reforma Agrária é o que está ocorrendo atualmente: os latifundiários procuram o Estado, que paga por suas terras preços acima dos de mercado. Há latifundiários que chegam a procurar os movimentos sociais para que ocupem suas terras.

Considera que se tem que partir de dois momentos distintos: antes e depois da conquista da terra pelas famílias dos assentados.

Antes, é a “mercantilização”. Latifundiários e prefeitos atuam, em muitos casos, a favor da ocupação, para atender a seus interesses (embora haja proprietários e prefeitos que resistam, também). Latifúndios improdutivos vão, assim, se transformando em “projetos de desenvolvimento local”, embora o INCRA não considere a existência de acampamentos e ocupações (que são etapas importantes de um processo, para os movimentos sociais).

No acampamento, já começa a descentralização. Um acampamento dura, em média, dois anos e meio (mas há os que duram cinco e até dez anos). Os acampamentos são “espaços de luta”, de resistência, mas também de socialização. Acampados já se relacionam com as autoridades (especialmente as locais) e com outros atores sociais. Em geral, os acampados sobrevivem do trabalho assalariado (mesmo que eventual) e de doações. Aquela comunidade é que executa a seleção das famílias que vão para um assentamento (e adapta a escolha aos critérios do INCRA). Essa tarefa, portanto, já está descentralizada.

Nos assentamentos, a descentralização também já vem ocorrendo, pois ele é um projeto de desenvolvimento local (que precisa do apoio de muitos atores sociais) e, mais que isso, para os assentados, é um projeto de vida. Daí a descentralização ser inevitável.

Já a descentralização das ações federais, considera que não pode ser feita de forma abrupta. Nela, a participação dos assentados e seus representantes é muito importante. Há riscos de cooptação e de práticas populistas, mas vai ser uma experiência muito importante para os movimentos sociais.

Uma dificuldade é a postura do INCRA, que tende a “bater” nos movimentos sociais, quando precisa reconhecer que os assentados são os “sujeitos” da Reforma Agrária. E a Reforma Agrária é vista pelo painelista como um processo que não tem mais volta, no Brasil, apesar da

fase mercantilista atual. É “uma luta de todos”, como dizem os movimentos sociais, e “é um compromisso de todos”, como diz o Governo.

O assessor da CONTAG, Espedito Rufino de Araújo, começou concordando com o painalista anterior, dizendo que um assentamento é um projeto de desenvolvimento local (com essa visão, a CONTAG produziu uma cartilha que está sendo distribuída em três mil municípios do país). Concorda que a descentralização, para os movimentos sociais, é uma luta antiga, e não se tem dúvidas sobre essa tendência. Considera que ela é irreversível.

Para exemplificar, destacou que a CONTAG, quando negociou o PRONAF com o Governo Federal, propôs um modelo de gestão descentralizado e participativo. Apresentou documento da direção da CONTAG pronunciando-se contra a descentralização da Reforma Agrária, entendida em seu estrito senso. Mas afirmou que a CONTAG é favorável à descentralização das ações de apoio à Reforma Agrária. Afirmou que interagir com o Estado é parte da história dos movimentos sociais, e que isso ocorre também no processo de Reforma Agrária.

Esclareceu que para os movimentos sociais a luta não é apenas por terra. É uma luta muito maior: por reformar o agro, no Brasil. Trata-se de transformar a organização do modelo agropecuário e agroindustrial do país, incluído nele um papel estratégico a ser desempenhado pela produção de base familiar. Isso implica rever desde a política fundiária até a política de pesquisa, de assistência, de formação educacional, etc.

E considera que, se não se criar um processo descentralizado, essas transformações ficam mais difíceis. Se a etapa atual é de mercantilização, até ela tem que ter controle social.

Assegura que o INCRA é considerado importante pela CONTAG (tanto que já se indicaram dirigentes), mas lembra que a Reforma Agrária é maior que o INCRA e que o próprio Governo Federal.

Considera que as dificuldades de discutir a proposta do Governo sobre a descentralização não têm a ver com o conteúdo das proposições preliminarmente apresentadas, mas com a falta de credibilidade do Governo: que diz uma coisa e faz outra. Isso introduz “desconfiança no processo”. Se o Governo criminaliza a ocupação e tenta criminalizar os movimentos sociais, como negociar um processo descentralizador com credibilidade? Explica que a CONTAG tem tido uma experiência difícil

na negociação do modelo descentralizado do PRONAF. O Governo negocia um conceito de produtor familiar com a CONTAG, e as normas incluem outro mais amplo (que abre espaço à agricultura patronal no PRONAF).

O último painalista, Cirilo Pimenta, Prefeito de Quixeramobim, município do Ceará, fez um depoimento mostrando como as Prefeituras podem apoiar os assentamentos da Reforma Agrária. Usando seu próprio exemplo, descreveu diversas formas de apoio e defendeu a possibilidade de as instâncias locais participarem de um processo de descentralização das ações de apoio à Reforma Agrária. No caso de Quixeramobim, montou-se uma Secretaria de Desenvolvimento Rural, que é um interlocutor privilegiado do assentamento.

Destacou que foi muito importante deixar de ver o assentamento como “corpo estranho” ao município e percebê-lo como projeto que pode ser exitoso e trazer benefícios ao município como um todo.

Ao final, destacou que, na sua opinião, a ação fundiária, propriamente dita, deve continuar centralizada na União. Considera que o município pode contribuir para o desenvolvimento do assentamento cumprindo suas missões de levar educação, saúde, assistência, melhorando a acessibilidade, entre outras tarefas.

No debate, foi colocado, inicialmente, que o processo de descentralização deve ser sólido o suficiente para não depender das mudanças periódicas de governantes. Surgiram, ao longo do debate, idéias, como a criação de um Banco de Terras e de patrulhas mecanizadas nas prefeituras para a diminuição dos custos das obras nos assentamentos. Apontou-se para a necessidade de uma articulação estadual, além da municipal.

Reconheceu-se o processo de descentralização como contraditório, com avanços e recuos, qualidades e defeitos, como qualquer processo democrático.

Foi colocada, ainda, a necessidade do avanço do controle social dos gastos públicos, do Município à União. A tônica dominante para a efetivação desse controle deve ser a diminuição do fosso entre o Poder Local e a Sociedade Civil. O processo de descentralizar deverá caminhar buscando sua institucionalização e legitimação, é o que se propôs, com insistência, ao logo das discussões.

3.2 Painel sobre o INCRA

O painel sobre o INCRA foi coordenado pelo presidente dessa entidade, Dr. Milton Seligman, e integrado pelos assessores do Ministro, Dr. Marcos Lins e Aécio Gomes de Matos, pelo Superintendente Adjunto do INCRA em Pernambuco, Dr. Abdias Vilar, e pelos representantes da CNASI, José Vaz Parente e Hugo Silveira Herédia.

Marcos Lins começou destacando dois fatos recentes que considera relevantes, porque mudaram hábitos antigos e arraigados no INCRA: a transferência de poderes da sede (em Brasília) para as Superintendências Regionais, marcando o início de uma processo de descentralização interna, e a crescente participação dos assentados nos processos decisórios do INCRA.

Sobre o primeiro, considera que é um processo mais próximo da mera desconcentração do que de uma real descentralização, pois não gerou parcerias na quantidade, frequência e qualidade compatíveis com uma ampla descentralização. O processo também tem sido muito desigual entre as Superintendências estaduais. Ao que lhe parece um paradoxo, o INCRA abriu-se mais a parcerias com os movimentos sociais que com as Universidades e entidades dos governos dos Estados e Municípios.

Considera que a participação popular na gestão do INCRA é caminho sem volta, mas não acha que se tenha criado ainda um “novo paradigma de planejamento da Reforma Agrária”.

Para o painalista, um dos fatores que dificultam muito uma maior e melhor articulação das Superintendências com entidades estaduais e municipais são os critérios “pouco profissionais” de escolha de seu dirigente, introduzindo viés político-partidário.

Terminou propondo que o INCRA inaugure uma nova agenda baseada na redefinição de sua missão e identidade institucional. Propõe que o INCRA se especialize (transformando-se numa agência de ação fundiária) e se profissionalize. Essa seria uma importante escolha estratégica. Considera que hoje o INCRA atua como órgão fundiário e como agência de desenvolvimento (operando em escala nacional sobre projetos atomizados em numerosos assentamentos e realizando tarefas de planejamento, execução, acompanhamento, entre outras). E como o número de assentamentos tende a ampliar-se muito, não consegue dar resposta à missão que se espera dele. Devia, portanto, escolher como objetivo estratégico: ampliar e aprofundar a ação fundiária redistributivista.

Abdias Vilar destacou, inicialmente, que o tema proposto, “As perspectivas da Reforma Agrária no Brasil: os desafios do INCRA”, se circunscreve num recente processo institucional de transferência de determinadas funções próprias do INCRA para os Governos Estaduais. Na sua análise, destacou dois aspectos que definem o atual contexto: os movimentos sociais e a crise do Estado. O palestrante parte do princípio de que existe um processo de Reforma Agrária concebido e dirigido pelo Governo Federal, mas ressalta que esse é resultado das pressões sociais e políticas enquadradas dentro do pacto político nacional.

De acordo com o palestrante, o I Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1985, buscou definir espaços políticos e estabelecer alianças, dentro e fora do Governo, na procura de um leito que acolhesse a Reforma Agrária no Brasil. O Plano inaugurou uma nova concepção e fase, concentrando a ação na desapropriação por interesse social e na criação de projetos de assentamentos modernos. Como resultado, o governo definiu a integração institucional como mecanismo de co-participação.

Mais recentemente, o programa de Reforma Agrária ganha sobrevivência dentro do Governo e nova substância na sociedade civil, especialmente com o surgimento do MST à frente dos movimentos sociais, repercutindo no bloco de poder, no governo, no INCRA, particularmente, e no processo de Reforma Agrária. A coletivização dos assentamentos assombrava ideologicamente e atormentava os técnicos do INCRA, por não se enquadrar nos seus modelos burocráticos. Cria-se uma relação de conflito e contradição entre o INCRA e os movimentos sociais, que vai forjar sua atual institucionalidade, de modo que, na realidade, o INCRA da Reforma Agrária nasce com os movimentos sociais.

Para acelerar a Reforma Agrária, respondendo às demandas dos movimentos sociais – que querem uma reforma mais ampla, mais massiva, mais rápida e mais eficiente –, ampliam-se os instrumentos e alteram-se os entraves normativos. E os projetos de assentamento devem ser compreendidos como um conjunto de relações sociais complexas, envolvendo organização e gerenciamento, produção e comercialização, cultura e educação. Para isto é necessário reciclar o INCRA e os seus técnicos, capacitando para uma ação moderna de “animação” dos projetos de assentamento, preparando os técnicos para entendimento de organização econômica e para a prática democrática e de participação da sociedade. O INCRA deve ser uma instituição capaz de pensar e transmitir,

prever, organizar e avaliar, e os seus técnicos devem transformar-se em agentes do planejamento do desenvolvimento econômico e social da Reforma Agrária, capacitados para conceber, orientar e avaliar as políticas públicas sociais.

O palestrante chama a atenção, por outro lado, para a crise do Estado, ressaltando que o momento atual é do avanço da sociedade civil, que implica a repartição do poder entre as várias esferas governamentais, questionando a concentração e a centralização. Defende a descentralização como forma de divisão de responsabilidades e ampliação das decisões e da participação da sociedade na Reforma Agrária. Na descentralização, os problemas e as políticas devem ser compartilhados igualmente, não se justificando a negativa dos governos estaduais e municipais de participarem da Reforma Agrária. Segundo o palestrante, existe uma confusão geral na postura dos parceiros, que tendem a aceitar as responsabilidades apenas quando há recursos federais.

A Reforma Agrária deve ser entendida como parte de uma política pública mais ampla de modificação da estrutura fundiária e de instituição ou consolidação da produção familiar. Esta relação reforça a necessidade de articulação das diversas esferas de governo – federal, estadual e municipal –, e destas com a sociedade civil.

Hugo Silveira Herédia e José Vaz Parente, em nome da CNASI, dividiram a exposição. O primeiro começou traçando um perfil dos servidores do INCRA (cerca de seis mil no país) e apresentando a organização da CNASI. Parte da premissa de que os servidores do INCRA militam pela Reforma Agrária e vêem o INCRA como “instrumento da sociedade”. Considera que as perspectivas da Reforma Agrária são ótimas, no Brasil atual, pela ação dos movimentos sociais. Mas considera que, por parte do Governo, a disposição de avançar não é grande, e cita, como exemplo, a Medida Provisória que proíbe realizar vistoria em terra ocupada, buscando, dessa forma, reduzir a força dos movimentos de luta pela terra. Adenda que o Executivo e o Poder Judiciário tentam criminalizar os movimentos sociais. Considera contradição o fato de se dizer favorável à Reforma Agrária, mas impedir a vistoria em ocupações, como que sinalizando: parem que vou fazer a Reforma Agrária no meu ritmo, de dizer que apóia a Reforma Agrária (que precisa de funcionários para cumprir metas ampliadas) e ao mesmo tempo perseguir e desmoralizar os servidores públicos.

Sobre a descentralização, o painalista assegura (indicando documentos da CNASI) que os servidores do INCRA há muito propõem descentralização. Afirmo que os servidores “não têm medo da descentralização”. E assegura que foi o Governo (em especial, no período militar) quem centralizou o poder e a gestão no INCRA, e não os seus servidores.

Em seguida, questiona: de que Reforma Agrária se trata? Por que o Governo não revitaliza o INCRA, para dar mais eficiência às ações públicas na Reforma Agrária? Por que a energia do Governo se concentra em inventar “programas complementares” e “penduricalhos”?

Complementando a visão da CNASI, Parente lembrou que, em entrevista a Marília Gabriela, o Presidente Fernando Henrique afirmou que o INCRA se tornaria eficiente quando a oposição deixasse passar o fim da estabilidade dos servidores, na Reforma Administrativa, para que se pudesse demitir. Como se os servidores é que fossem os “culpados” dos desserviços que o INCRA, às vezes, presta à causa da Reforma Agrária e não seus dirigentes, gestores ali colocados pelos governantes de cada momento.

Em seguida, apresenta e trata os desafios atuais do INCRA, classificando-os em políticos, normativos e administrativos. Entre os desafios políticos, destaca a “inapetência” do Governo Federal para realizar uma ampla Reforma Agrária, dada a aliança que o elegeu e o apóia (donde a prioridade que continua a dar à agricultura patronal). Também em função das alianças políticas, e do conseqüente loteamento dos cargos principais, o Governo tem enorme dificuldade para articular as ações de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos (que, por serem variadas, requerem a atuação de vários órgãos públicos). Daí resulta a dificuldade de realizar programas integrados, articulados, e provocando, em geral, desperdício de recursos públicos, hoje raros. O loteamento de cargos estratégicos (sobretudo nas unidades descentralizadas, como as Superintendências do INCRA) também foi apontado como um problema político que termina gerando um conjunto de ações pontuais, em vez de uma ação massiva de apoio à Reforma Agrária.

No plano normativo, elenca leis e normas de caráter restritivo que terminam por inibir, ao invés de ampliar, a Reforma Agrária (como a MP que impede vistoria de imóveis, objeto de ocupação). Cita, também, normas que premiam o latifúndio com avaliações generosas, reduzindo os parques

recursos disponíveis para a Reforma Agrária. Considera que houve avanços na legislação do ITR e no rito sumário.

No plano administrativo, começa por ressaltar que a descentralização para o INCRA, vista pela CNASI, continua sendo hermética, pois não tem transparência. A prática continua predominantemente autoritária, mesmo na desconcentração (iniciada na gestão do Marcos Lins). E continua a prevalecer uma prática gerencial verticalizada, provocando subutilização de recursos humanos nas Superintendências. Ressalta o que chama de “caráter efêmero” dos dirigentes (sucessivas e constantes mudanças), o que leva as pessoas que ocupam os cargos mais altos da escala decisória a se pautarem pelo imediatismo (pois vão durar pouco).

Destaca ainda a ausência da “função planejamento”, o que favorece desvios e desperdícios. Como exemplo, informa que o INCRA deve devolver R\$ 500 milhões, em 1997 (recursos de precatórios expropriatórios), e que o procurador que conseguiu agilizar demitiu-se do cargo.

No contexto atual, considera que o cenário mais provável para o INCRA é o da extinção por inanição. E conclui apontando alternativas a esse cenário, como: readequação do INCRA aos tempos da descentralização e da pressão social por Reforma Agrária; legitimação interna do processo de descentralização do INCRA e das ações de apoio à Reforma Agrária; reafirmação das funções indelegáveis do INCRA (ação fundiária) e retomada da função planejamento no âmbito da instituição e do Governo.

No debate foi questionado, inicialmente, como ficaria o processo de desenvolvimento dos assentamentos dentro da proposta de transformar o INCRA numa agência governamental especializada apenas na Ação Fundiária (feita por Marcos Lins). O tema precisa ser mais bem esclarecido.

Quanto à questão da administração social de Reforma Agrária, foi afirmado que ela dará conta dessa complexidade, ao longo do processo.

Foram também enfatizadas as dificuldades existentes para o processo de descentralização, provenientes da falta de confiança dos atores do processo, entre si, principalmente do movimento social em relação ao Governo Federal.

O encerramento do painel foi realizado pelo Presidente do INCRA, Dr. Milton Seligman, que começou por destacar ser a Reforma Agrária, tal com se dá atualmente no Brasil, um processo rigorosamente novo, daí provocar algumas perplexidades. A agenda é heterogênea, no momento

em que o Estado está entre seu déficit e as demandas da sociedade. Há, por outro lado, mudanças importantes. Entre elas destaca o avanço dos movimentos sociais. Mas há uma mudança ética: o aumento das exigências de liberdade, justiça, fraternidade, solidariedade com o meio ambiente, entre outras.

Para além do Estado e do Mercado, vê surgir a sociedade civil regulando os dois primeiros. Por aí se vai começando a tecer a teia de parcerias, baseada na conquista de confiança, tarefa de cada dia. Ressalta que a sociedade civil não é cliente, é Ator.

E coloca o que considera serem as questões mais importantes:

- a) a liberdade – e cita que o BIRD tem menos recursos que o BNDES, embora destaque a crise dos mecanismos reguladores do Estado Nacional;
- b) a poupança interna baixa – donde a necessidade de captar poupança externa, de dar rentabilidade e segurança aos aplicadores, o que requer democracia, regras estáveis;
- c) a necessidade de desconcentrar a propriedade fundiária no Brasil, para combater a miséria;
- d) a parceria com os movimentos sociais (que são atores e não clientes, reafirma);
- e) a necessidade de reformar o Estado para torná-lo capaz de apoiar a sociedade. Para isso, tem que se correr risco. Tem que se abrir mão de poder. Tem que se levar o Estado para mais perto dos interessados diretos na Reforma Agrária (que é uma conquista da sociedade).

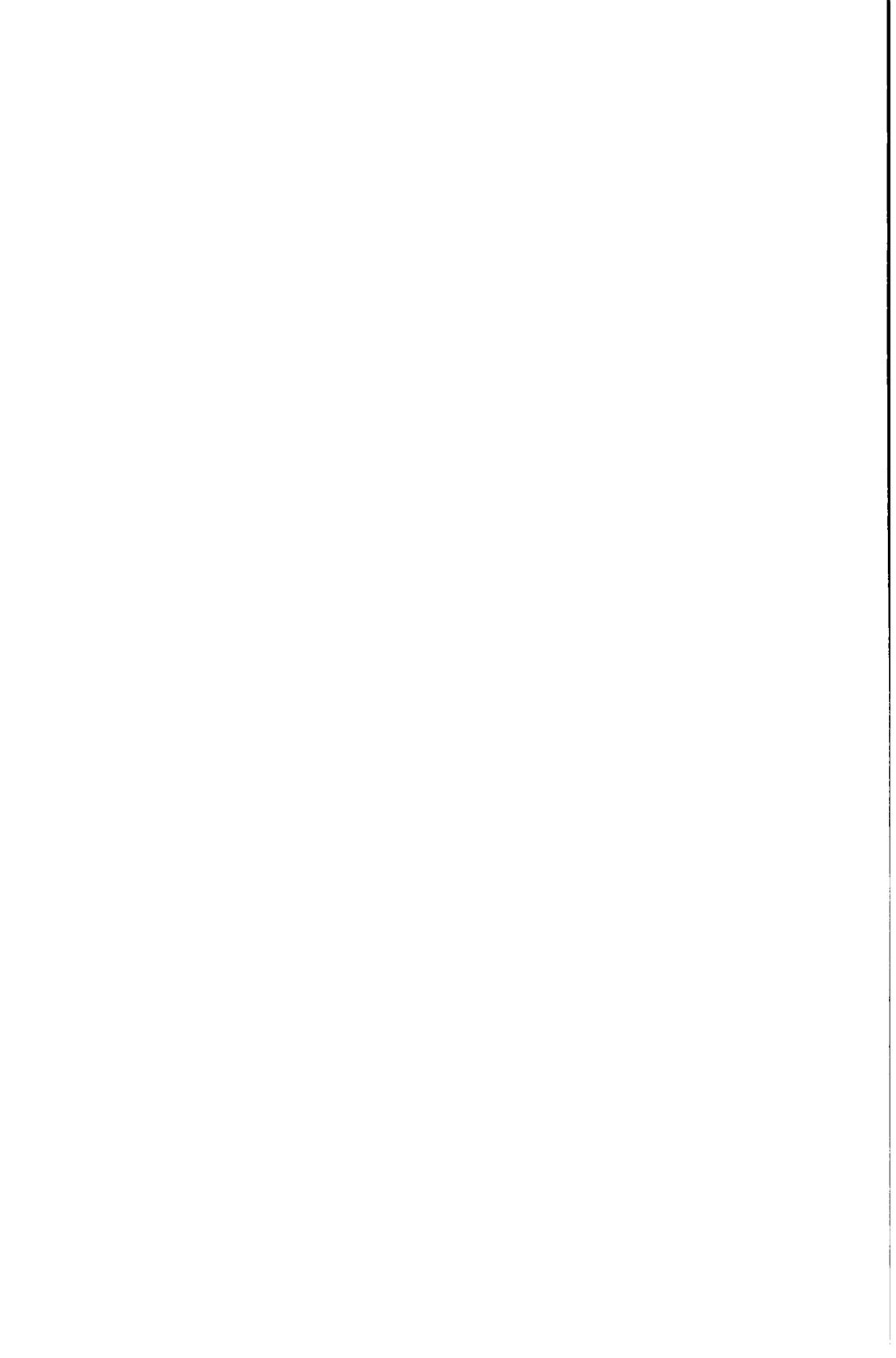
Considera que o desafio do INCRA é o de crescer como instrumento de apoio à sociedade. E que a institucionalização da descentralização é muito importante: a sociedade tem que ter clareza sobre “onde e a quem” se dirigir (onde é o guichê).

A seguir, apresenta o que considera serem os desafios do INCRA:

- a) quebrar seu isolamento (é uma caixa-preta até para o Governo Federal). Isso requer construção de confiança e “luz” no INCRA, até para enfrentar denúncias de corrupção;

- b) definir claramente sua missão institucional, o que não é simples. Uma missão tem sido a de ser uma agência negociadora de conflitos;**
- c) dotar-se de uma estrutura ágil, profissional, descentralizada, o que requer uma mudança institucional, inclusive estrutural;**
- d) adotar uma política de comunicação social para construir uma imagem clara na sociedade;**
- e) adotar gestão orgânica, o que implica ser dotado de sistema de planejamento e de informação gerencial;**
- f) valorizar os seus servidores, estimulando-os e alimentando a melhoria de sua auto-estima;**
- g) contruir elos de confiança com outros atores (órgãos de governos, movimentos sociais).**

Reconhece que não são desafios simples, mas que devem ser enfrentados.



4. SÍNTESE E CONCLUSÕES

As intervenções e debates no Painel sobre a descentralização da Reforma Agrária (primeiro painel) evidenciaram um conjunto de convergências e algumas divergências em relação à concepção e ao processo de descentralização. As conclusões dos debates estão apresentadas e organizadas a seguir, distinguindo convergências e divergências, agrupadas por grandes temas.

4.1 Convergências

Os participantes do Seminário apresentaram uma tendência a convergência em quatro grandes blocos, como a seguir apresentados.

4.1.1 Sobre a descentralização

- a) A descentralização é um processo inevitável, irreversível e necessário, devido a três razões fundamentais:
 - os assentamentos da Reforma Agrária são uma das bases do desenvolvimento local, devendo, portanto, mobilizar e organizar os atores locais, o que demanda uma forma descentralizada de trabalho;
 - o INCRA (Governo Federal) não dará conta, sozinho, da amplitude das demandas da sociedade por desapropriação, assentamento e desenvolvimento da Reforma Agrária, tendo que, necessariamente, construir parcerias com as instâncias estaduais e municipais e com organizações não-governamentais;

- há necessidade de passar o poder de decisão sobre a Reforma Agrária para quem está perto dos problemas e da realidade local e mais próximos dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais sem terra.
- b) A descentralização é um processo que já está ocorrendo na prática dos movimentos sociais e em diferentes iniciativas institucionais nos governos estaduais e municipais.

4.1.2 Sobre a forma de implementação da descentralização

- a) A descentralização não pode ser implementada de forma abrupta nem verticalizada.
- b) A descentralização deve ser realizada de forma interativa e processual.
- c) A descentralização deve ser implementada de forma negociada, flexível e coordenada.

4.1.3. Sobre as atribuições dos parceiros

- a) A descentralização não pode eximir o Governo Federal de suas responsabilidades no processo de Reforma Agrária, especialmente na fase de desapropriação.
- b) É necessário definir claramente os papéis das diversas instâncias e parceiros no processo de descentralização.

4.1.4. Sobre as dificuldades para o processo de descentralização

- a) O que atrapalha a descentralização da Reforma Agrária é o clima de desconfiança existente em relação ao Governo Federal e as reais pretensões da proposta de descentralização por parte dos movimentos sociais e dos Estados e Municípios.
- b) A herança histórica de isolamento do INCRA em relação aos Estados e a existência de disputa política no plano local entre a instituição federal e as instituições estaduais (especialmente os

órgãos estaduais de terras) constituem um complicador do processo de descentralização.

- c) Sem a construção de um clima de confiança entre os envolvidos e interessados no processo de Reforma Agrária, não é possível formar parcerias e, portanto, implementar um efetivo processo de descentralização.

4.2. Divergências

Entre as questões levantadas pelos painelistas e participantes do Seminário, houve alguns aspectos em torno dos quais não houve convergência. As divergências relevantes podem ser agrupadas em dois grandes blocos:

4.2.1. Sobre a abordagem

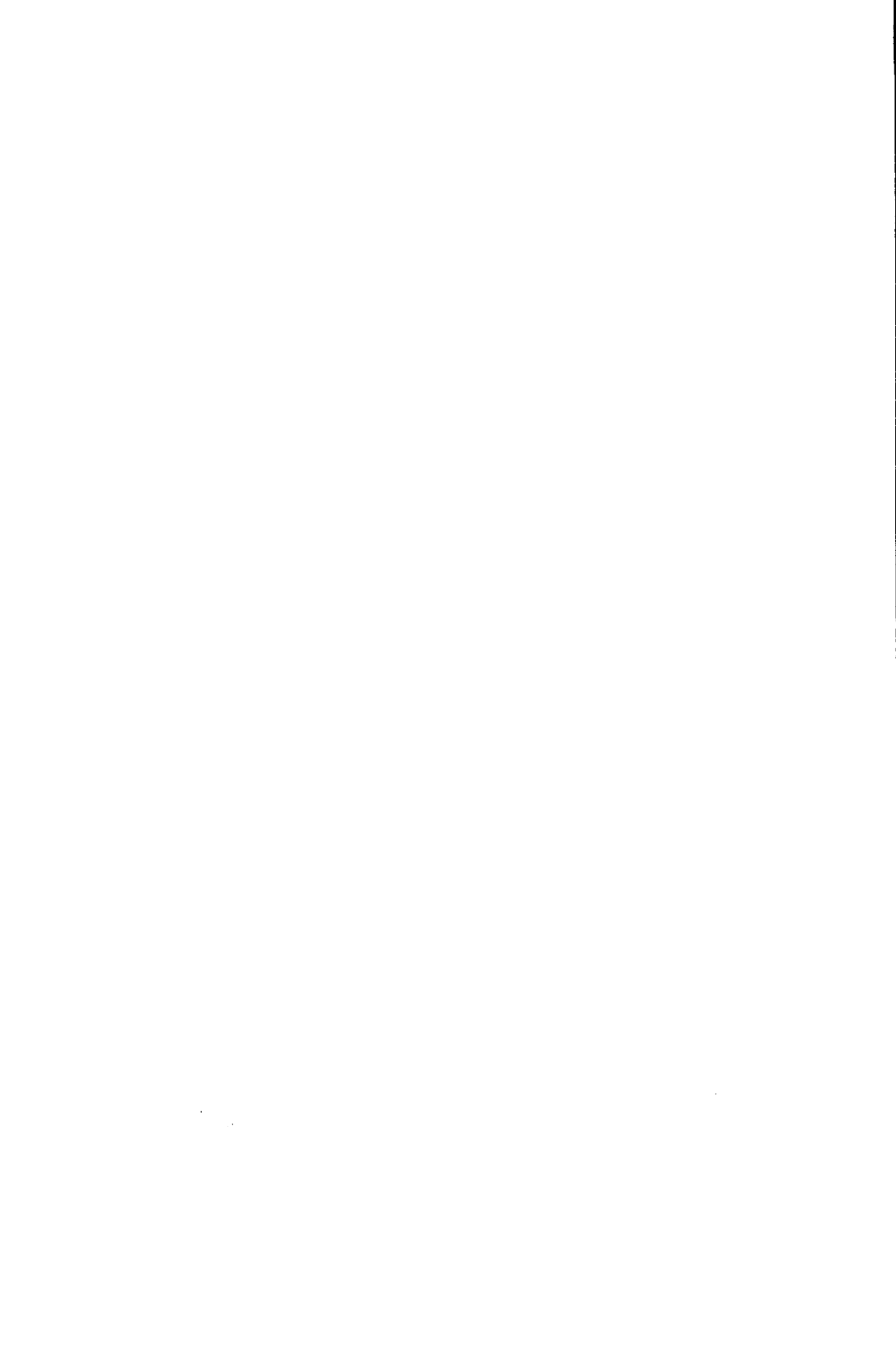
- a) Evidenciam-se três enfoques diferentes de descentralização: descentralização da Reforma Agrária, de forma mais ampla; descentralização das “ações de apoio” à Reforma Agrária; e descentralização dos “instrumentos” da Reforma Agrária. Qual a abordagem da descentralização que deve ser utilizada, para assegurar a efetividade do processo, e em qual categoria se inclui o efetivo repasse de poder decisório e autonomia de ação?
- b) Ocorreu uma divergência no que se refere à relação entre a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar. De um lado, alguns insistem que, embora não se possa negar a relação entre os assentamentos de Reforma Agrária e a Agricultura Familiar, a Reforma Agrária deve ser tratada de forma específica, o que se manifesta na descentralização, com a formação de Conselhos Estaduais da Reforma Agrária. Por outro lado, alguns consideram a Reforma Agrária como parte do desenvolvimento da Agricultura Familiar, entendendo que deve ser definida uma estratégia integrada de fomento da pequena produção familiar; no que diz respeito à descentralização, esta abordagem poderia levar à defesa de criação de Conselhos Estaduais de Desenvolvimento da Agricultura

Familiar, em vez de Conselhos restritos à Reforma Agrária, considerando que esta seria parte das decisões do Conselho mais amplo.

4.2.2. Sobre o modelo de descentralização

- a) No que diz respeito à intensidade e à profundidade da descentralização, foi apresentada uma proposta – não suficientemente discutida – de um modelo “localista” e radical de descentralização da gestão financeira, diferente da visão dominante no Seminário. A proposta baseia-se na descentralização da gestão financeira para o município, com a criação de um Fundo Municipal de Reforma Agrária, para o qual seriam transferidos os recursos da Reforma Agrária nos municípios com assentamentos.**
- b) Em relação ao planejamento da Reforma Agrária, houve manifestações divergentes, principalmente quanto à importância desse planejamento para a viabilidade e eficácia da descentralização da Reforma Agrária. Até que ponto a falta de planejamento constitui realmente um problema sério para a implantação da Reforma Agrária e, particularmente, para a descentralização das ações da Reforma Agrária? Este foi um ponto reiterado por alguns participantes, sem, contudo, se chegar a uma posição convergente e consensual.**

5. ANEXOS



5.1 PROGRAMA DE TRABALHO

Primeiro dia de trabalho: 19 de novembro (quarta-feira)

Núcleo Temático: O novo ambiente da Reforma Agrária no Brasil

<u>Horário</u>	<u>Tema</u>	<u>Responsável</u>
Manhã		
8:30 – 9:00	Abertura.	
9:00 – 9:30	Informações gerais, metodologia dos trabalhos e apresentação dos participantes.	Carlos Miranda
9:30 – 10:30	<i>Globalização, Desenvolvimento Local, Descentralização e Reforma Agrária.</i>	Sérgio C. Buarque.
10:30 – 11:00	<i>Debates.</i>	
11:00 – 11:15	Intervalo para café.	
11:15 – 12:00	<i>Reforma Agrária ou Reformas Agrárias?</i>	Marcos Lins
12:00 – 13:00	<i>Debates.</i>	
13:00 – 14:30	Intervalo para almoço.	
Tarde		
14:30 – 15:15	<i>Agricultura Familiar e seu Espaço no Ambiente Atual.</i>	Maria Nazaré Wanderley
15:15 – 16:15	<i>Debates.</i>	
16:15 – 16:30	Intervalo para café.	
16:30 – 17:15	<i>Movimentos Sociais e Reforma Agrária.</i>	Leonilde S. de Medeiros
17:15 – 18:30	<i>Debates.</i>	

Segundo dia de trabalho: 20 de novembro (quinta-feira)

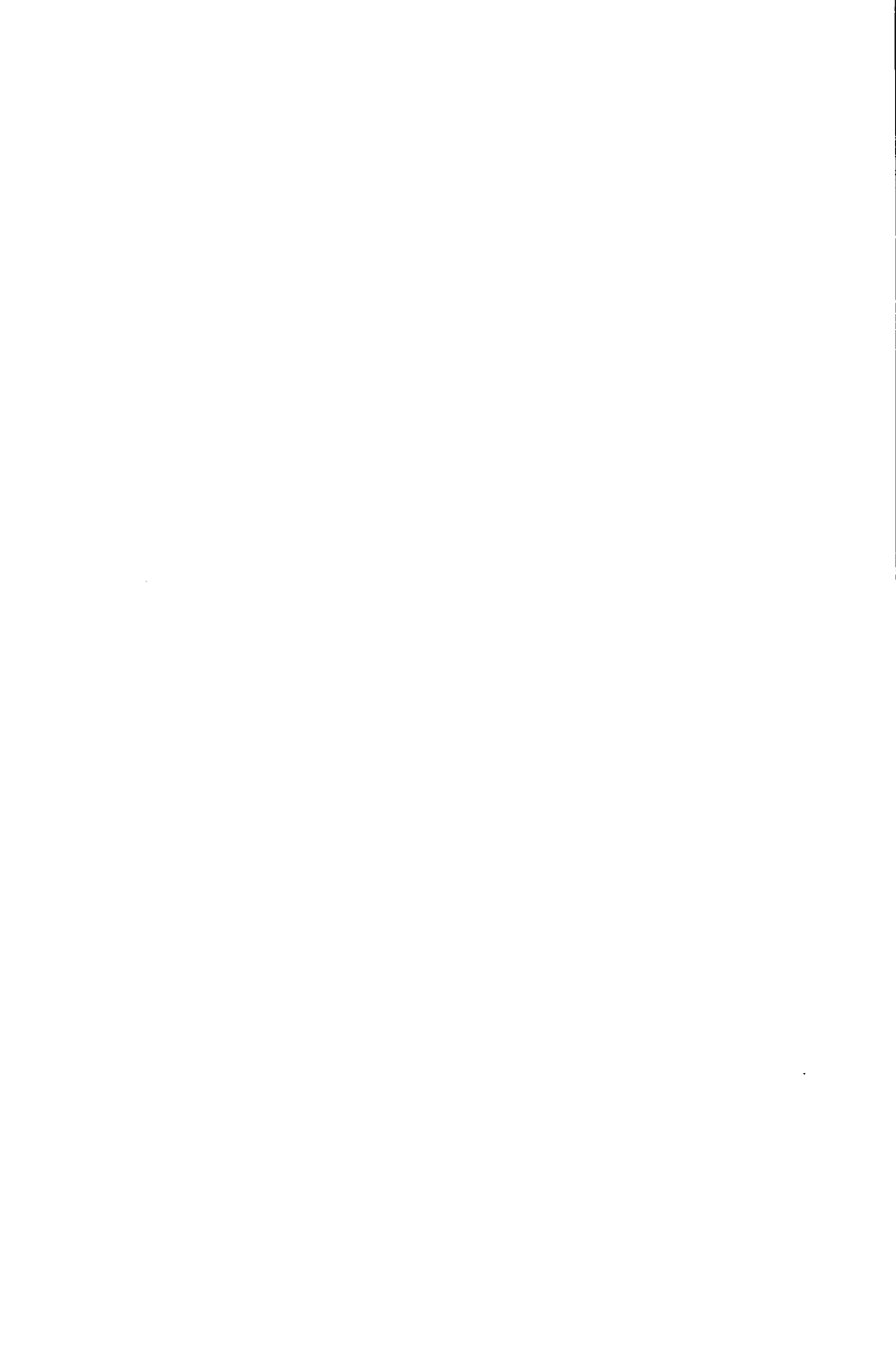
Núcleo Temático: Descentralização das Ações de Apoio à Reforma Agrária

<u>Horário</u>	<u>Tema</u>	<u>Responsável</u>
Manhã		
8:30 – 9:30	<i>Descentralização das Ações de Apoio à Reforma Agrária no Brasil: Tendências e Desafios.</i>	<i>Tânia Bacelar</i>
9:30 – 10:30	<i>Debates.</i>	
10:30 – 10:45	<i>Intervalo para café.</i>	
10:45 – 12:00	<i>Descentralização das Ações de Apoio à Reforma Agrária no Brasil: Os Avanços da Proposta do Governo Federal.</i>	<i>Aécio Gomes de Matos</i>
12:30 – 14:00	<i>Intervalo para almoço.</i>	
Tarde		
14:00 – 16:00	<i>Painel: Visões sobre a Descentralização das Ações de Apoio à Reforma Agrária</i>	<i>Antônio Bezerra Peixoto Cirilo Pimenta Expedito Rufino de Araújo Bernardo M. Fernandes Josemar de Sousa Lima</i>
16:00 – 16:15	<i>Intervalo para café.</i>	
16:15 – 17:45	<i>Debates.</i>	
17:45 – 18:00	<i>Síntese e conclusões.</i>	

Terceiro dia de trabalho: 21 de novembro (sexta-feira)

Núcleo Temático: Os desafios para o INCRA.

<u>Horário</u>	<u>Tema</u>	<u>Responsável</u>
Manhã		
8:30 – 10:00	<i>Painel: As perspectivas da Reforma Agrária no Brasil: os desafios para o INCRA.</i>	<i>Milton Seligman Aécio G. de Matos Marcos Lins Abdias Vilar Hugo Silveira Herédia José Vaz Parente</i>
10:00 – 10:15	<i>Intervalo para café.</i>	
10:15 – 12:00	<i>Debates.</i>	
12:00	<i>Encerramento.</i>	



5.2 COLEÇÃO DE TRANSPARÊNCIAS

GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO LOCAL, DESCENTRALIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Sérgio C. Buarque

Globalização e desenvolvimento local

Globalização

MADAGASCAR ERA RESPONSÁVEL POR 70% DA SAFRA MUNDIAL DE BAUNILHA, GERANDO 10% DA RECEITA DE EXPORTAÇÕES E MOBILIZANDO 70 MIL COLONOS. A PRODUÇÃO DE BAUNILHA SINTÉTICA EM LABORATÓRIO DE PAÍSES DESENVOLVIDOS E GRANDES CONSUMIDORES PROVOCOU UMA PROFUNDA DESORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL (J. Rifkin)

A NIKE (CONGLOMERADO MUNDIAL DE TÊNIS) – NÃO É UMA INDÚSTRIA, NÃO PRODUZ NENHUM PAR DE SAPATOS, NÃO É PROPRIETÁRIA DE NENHUMA FÁBRICA OU MÁQUINA E NÃO EMPREGA NENHUM OPERÁRIO. A NIKE É UMA UNIDADE VIRTUAL, CONSTITUINDO UMA ORGANIZAÇÃO DE ESTRATÉGIA MERCADOLÓGICA – *MARKETING*, *DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E DESIGN* — QUE COMANDA UMA GRANDE REDE QUE OPERA E ARTICULA UM GIGANTESCO SISTEMA DE EMPRESAS SUBCONTRATADAS EM VÁRIOS PAÍSES, CONTRATANDO A PRODUÇÃO ONDE FOR MAIS BARATO E CONVENIENTE (René Dreifuss)

O SISTEMA FINANCEIRO MOVIMENTA HOJE, EM TODO O MUNDO, EM TEMPO REAL (NEGÓCIOS VINTE QUATRO HORAS POR DIA), A ESPANTOSA MASSA DE US\$ 20 TRILHÕES DE DÓLARES. “CADA VEZ QUE ESSES INVESTIDORES INSTITUCIONAIS MUDAM DE IDÉIA SOBRE ONDE COLOCAR 1% DE SUA CARTEIRA, US\$ 200 BILHÕES, «UM QUARTO DO PIB BRASILEIRO», MUDAM DE LUGAR. O BASTANTE PARA PROVOCAR TERREMOTOS” (Celso Pinto)

O que é globalização?

O QUE É?	QUEM?	POSTURA
<p>Oitava maravilha e paraíso do Terceiro Milênio (<i>o capitalismo está cada vez melhor</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> ● integração de mercados livres ● crescimento econômico e novo emprego ● aceleradas mudanças tecnológicas ● nação global 	<p>Liberais e neoliberais ortodoxos</p>	<p>Vamos que vamos! Tudo bem! Liberou geral!</p>
<p>Conspiração neoliberal (danosa e danada) contra os pobres (<i>o capitalismo está cada vez pior</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> ● desemprego avassalador ● exclusão do Terceiro Mundo ● pobreza e exclusão social em todo o mundo ● apartheid mundial 	<p>Esquerda ortodoxa e nacionalista</p>	<p>Sou contra!!! Postura reativa de baixa eficácia com defesa do Estado interventor</p>
<p>Nova etapa de internacionalização do capital (<i>o capitalismo em nova fase de acumulação</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> ● integração de mercados ● fusões e concentração de capitais ● domínio e descolamento do capital financeiro da economia real ● desemprego e desigualdade crescentes ● concentração do capital e desagregação dos países pobres 	<p>Marxistas, pós e neomarxistas</p>	<p>Contradições se aguçam e prenunciam novas crises do capitalismo</p>
<p>Novo paradigma de desenvolvimento (<i>o capitalismo não é mais aquele</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> ● reestruturação produtiva ● revolução científica e tecnológica ● internacionalização do capital e integração dos mercados ● sociedade da informação ● novas formas de ocupação e trabalho ● fragmentação e integração do espaço mundial 	<p>Neo-schumpeterianos e pós-fordistas</p>	<p>Estado regulador com iniciativas para aproveitar as oportunidades e enfrentar as ameaças</p>

O que é globalização

	Hiperglobalizantes	Céticos	Transformalistas
O que acontece?	Nova era global	Modelo do passado	Integração global
Traços dominantes	Capitalismo global e governo global	Mundo menos interdependente	Globalização extensiva e intensiva
Estados nacionais	Reduzidos ou esfacelados (fim do Estado-nação)	Reforçados – devem consentir a internacionalização	Em redefinição com transformação da política mundial
Quem comanda?	Capitalismo e tecnologia	Estados e mercado	A modernidade
Norte-Sul	Fim das velhas hierarquias	Marginalização crescente do Sul	Novo desenho da ordem mundial
Solidariedade global	Maior	Menor	Indefinida
Personagens centrais	McDonald's e Madonna	Poder militar	Who is US?
Conceito	Reorganização da divisão trabalho	Internacionalização	Reordenação das relações inter-regionais e ação a distância
Cenário para futuro	Civilização global	Blocos regionais e conflito de civilizações	Fragmentação e Integração mundial
Teórico símbolo	<i>Kenichi Ohmae</i>	<i>Paul Hirst</i>	<i>Anthony Giddens</i>

Fonte: Anthony McGrew (“Definindo um alvo em movimento”), transcrito na *Folha de S. Paulo* – 2/11/97.

O que é globalização?

**ACCELERADO PROCESSO DE MUDANÇA NA ECONOMIA
E NA SOCIEDADE QUE RESULTA DO EFEITO
COMBINADO E ARTICULADO DA
INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E
INTEGRAÇÃO DOS MERCADOS – DE PRODUTOS,
SERVIÇOS, CAPITAIS, TECNOLOGIAS E INFORMAÇÃO –,
DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DA INTENSA E
RÁPIDA RENOVAÇÃO DOS PADRÕES TECNOLÓGICOS**

**NOVA FASE DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL, MAS COM
QUALIDADE E CARACTERÍSTICAS RADICALMENTE DISTINTAS**

- **NOVO PADRÃO TECNOLÓGICO E ORGANIZACIONAL**
- **REESTRUTURAÇÃO DA BASE PRODUTIVA**
- **INTEGRAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO**
- **REDEFINIÇÃO DO ESTADO E NOVAS INSTITUIÇÕES**
- **CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA**

Emergência de um novo paradigma de desenvolvimento

FORDISMO	NOVO PARADIGMA
Crescimento econômico extensivo, com aumento do consumo de massas	Crescimento econômico moderado e seletivo, com aumento e diversificação do consumo
Competitividade baseada em abundância de recursos naturais, baixo custo da mão-de-obra, e limitado controle ambiental	Competitividade baseada em conhecimento, informação e recursos humanos (e qualidade ambiental)
Estado de Bem-Estar com crescente participação no PIB e investimento social (Estado de bem-estar e empresário)	Esgotamento do Estado de Bem-Estar e surgimento de novas institucionalidades e redefinição do papel do Estado
Nova divisão internacional do trabalho (industrialização dos países emergentes)	Tendência à formação de blocos e redução dos espaços para países do "Terceiro Mundo"
Economia de escala (padronização e quantidade)	Flexibilidade da produção e ganhos na qualidade e diversidade de produtos
Aumento do emprego e da participação dos trabalhadores nos excedentes decorrentes da produtividade	Redução do emprego formal e do trabalho no valor, com o surgimento de novas formas de trabalho (e novos setores e atividades)

Novo padrão tecnológico

A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ESTÁ PROMOVEDO UMA MUDANÇA PROFUNDA NOS PROCESSOS PRODUTIVOS, COM A INOVAÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMÁTICA, DAS TELECOMUNICAÇÕES, DA BIOTECNOLOGIA, DOS NOVOS MATERIAIS E NOVAS FONTES ENERGÉTICAS

- **Importância crescente da informação, do conhecimento e dos recursos humanos na produção**

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

- **Redução significativa do requerimento de insumos e matérias-primas no produto**
- **Redução significativa da necessidade de trabalho vivo no processo produtivo**
 - **Multiplicação das inovações em produtos**
 - **Aumento da flexibilidade do processo produtivo**

Reestruturação da base produtiva

“CINQUENTA POR CENTO DOS PRODUTOS QUE COMPUNHAM NOSSO COTIDIANO NO INÍCIO DA DÉCADA DE NOVENTA NÃO EXISTIAM VINTE E CINCO ANOS ANTES. E ESTIMA-SE QUE CINQUENTA POR CENTO DOS OBJETOS QUE FORMARÃO NOSSO UNIVERSO DENTRO DE DEZ ANOS AINDA NÃO FORAM INVENTADOS”

(René Dreifuss e J. P Brochard)

- **REDUÇÃO DO PESO RELATIVO DA INDÚSTRIA**
- **AUMENTO SIGNIFICATIVO DO TERCIÁRIO E DA “INDÚSTRIA DO ENTRETENIMENTO”**
- **AUMENTO DA “INDÚSTRIA DO CONHECIMENTO”**

Integração e fragmentação do espaço

**COMBINAÇÃO DE TELEMÁTICA – TELECOMUNICAÇÕES E
INFORMÁTICA – COM DESREGULAMENTAÇÃO DOS MERCADOS
E FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS E *REDUÇÃO DOS
CUSTOS DOS TRANSPORTES* ESTÃO PROVOCANDO UM PROCESSO
CONTRADITÓRIO DE INTEGRAÇÃO MUNDIAL
E FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO**

- DESORGANIZAÇÃO DAS VANTAGENS
COMPETITIVAS DAS NAÇÕES
- ROMPIMENTO DAS BARREIRAS NACIONAIS
- REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE MEDIAÇÃO
DOS ESTADOS-NAÇÃO
- MERCADOS VIRTUAIS
- CIDADÃO VIRTUAL

**“É UM MUNDO DE COLABORADORES ‘A LONGA DISTÂNCIA’,
ATRAVÉS, ATÉ MESMO, DE CONTINENTES, APOIADOS EM TERMINAIS
DE COMPUTADORES EM REDE, CRIANDO UMA INFRA-ESTRUTURA
COM BASE EM INFORMAÇÕES ESTOCADAS, TRANSMISSÍVEIS E
ACESSÍVEIS EM TEMPO REAL, EM QUALQUER ‘LUGAR, A QUALQUER
LOCAL E A TODO MOMENTO’ ”**

(René Dreifuss)

COMO FICA O “TERCEIRO MUNDO” NESTE REDESENHO MUNDIAL?

**COMO O DOMÍNIO DO CONHECIMENTO SERÁ O PRINCIPAL
FATOR DE COMPETITIVIDADE DO NOVO PARADIGMA, OS PAÍSES
DA PERIFERIA TENDEM A FICAR À MARGEM**

- Baixos níveis educacionais
- Dependência tecnológica
- Limitados investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico

Redefinição do Estado e novas instituições

GLOBALIZAÇÃO PROVOCA UM PROCESSO COMBINADO DE ARTICULAÇÃO E AUTONOMIZAÇÃO SUPRANACIONAL E SUBNACIONAL, REDUZINDO A IMPORTÂNCIA DO ESTADO-NAÇÃO NA MEDIAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- Sistema financeiro virtual
- Formação dos grandes blocos
- Dinamização regional intranacional

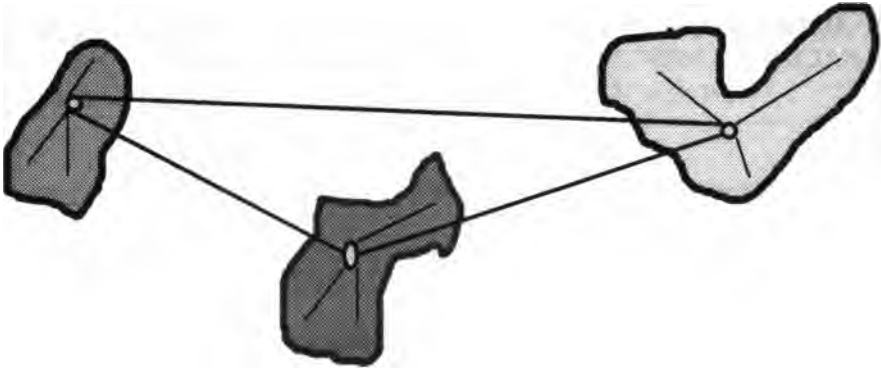
COINCIDE COM A CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTARE E A EMERGÊNCIA DE NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIDA E FUNÇÕES PÚBLICAS

Terceiro Setor

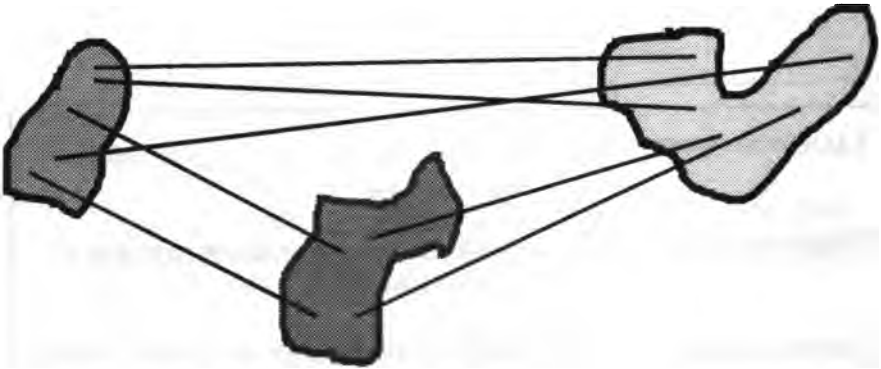
INSTITUIÇÕES DE DIREITO PRIVADO GERANDO PRODUTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

(já representaria cerca de 6% do PIB e 9% do emprego nos Estados Unidos)

ESTADO-NAÇÃO MEDIADOR



FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO



Concentração e desconcentração produtiva

AS NOVAS TECNOLOGIAS REDUZEM A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA DE ESCALA E PERMITEM GRANDE FLEXIBILIDADE DOS PROCESSOS

- Em determinadas áreas, pequenos e médios negócios podem ser tão competitivos como os grandes
- A virtualidade dos mercados permite acesso e articulação dos pequenos ao mercado mundial

“GRANDES COMPANHIAS TORNAR-SE-ÃO UMA ESPÉCIE DE FEDERAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS – NÃO PORQUE *SMALL IS BEAUTIFUL*, MAS PORQUE O GRANDE É CARO E INFLEXÍVEL”
(Sir Adrian Cadbury, citado por Krishan Kumar)

AS ESTRATÉGIAS DAS GRANDES CORPORAÇÕES GLOBALIZADAS ORIENTAM-SE PARA A FORMAÇÃO DE REDES EMPRESARIAIS E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS FLEXÍVEIS COM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Desenvolvimento local e descentralização

Globalização e desenvolvimento local

Processo contraditório

**GLOBALIZAÇÃO DEMANDA E PROVOCA UMA UNIFORMIZAÇÃO
E PADRONIZAÇÃO DOS MERCADOS E PRODUTOS**

**GLOBALIZAÇÃO CRIA E REPRODUZ
DIVERSIDADES DECORRENTES DA INTERAÇÃO
DOS VALORES GLOBAIS COM OS PADRÕES LOCAIS**

“...quando os povos recebem as influências globais nas suas vidas, o fazem a partir de uma base de cultura local”, de modo que, “na escala global, isto toma a forma de interpenetração entre o fluxo de cultura global e o padrão cultural local” (Tony Spibyey – tradução livre)

Valorização da diversidade como produto e contraface da uniformização

“O global alimenta-se do local, nutre-se do específico” (François Chesnais), de modo que “a globalização opera num universo de diversidades, desigualdades, tensões e antagonismos, simultaneamente às articulações globais. Ela integra, subsume e recria singularidades” (Octávio Ianni) ¹

¹ Citados por Tania Bacelar no Seminário interno do projeto IICA-INCRA realizado nos dias 5 e 6 de junho de 1997, em Recife.

“Diversity is beautiful?”

“A vantagem competitiva é criada e mantida através de um processo altamente localizado” (M. Porter). A localização das indústrias globais difunde-se mundialmente, segundo as condições de cada local.

**GLOBALIZAÇÃO RESSALTA A IMPORTÂNCIA DO LOCAL
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO**

**GLOBALIZAÇÃO AUMENTA A IMPORTÂNCIA DO SETOR PÚBLICO
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Construção das vantagens competitivas locais, com base nas potencialidades e de acordo com as tendências dominantes no contexto

- ocupação de nichos de mercado mundial
 - viabilidade da economia local
- capacidade de atração de investimentos

Desenvolvimento local e municipal

DESENVOLVIMENTO LOCAL É O PROCESSO ENDÓGENO DE MOBILIZAÇÃO DAS ENERGIAS SOCIAIS EM SUBESPAÇOS REGIONAIS QUE IMPLEMENTA MUDANÇAS CAPAZES DE ELEVAR AS OPORTUNIDADES SOCIAIS, A VIABILIDADE ECONÔMICA E AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO, DE FORMA SUSTENTÁVEL

“As comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”
(Arto Haveri – tradução livre)

DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL É O DESENVOLVIMENTO LOCAL COM AMPLITUDE ESPACIAL DELIMITADA PELO CORTE POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO (MAIS AMPLO QUE A COMUNIDADE E MENOS ABRANGENTE QUE O MICRORREGIONAL OU SUPRAMUNICIPAL)

Descentralização e desenvolvimento local

DESCENTRALIZAÇÃO É A TRANSFERÊNCIA DA AUTORIDADE E DO PODER DECISÓRIO SOBRE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA UNIDADES ESPACIALMENTE INFERIORES (MUNICÍPIO E COMUNIDADES), QUE GANHAM AUTONOMIA DE GESTÃO E EXECUÇÃO

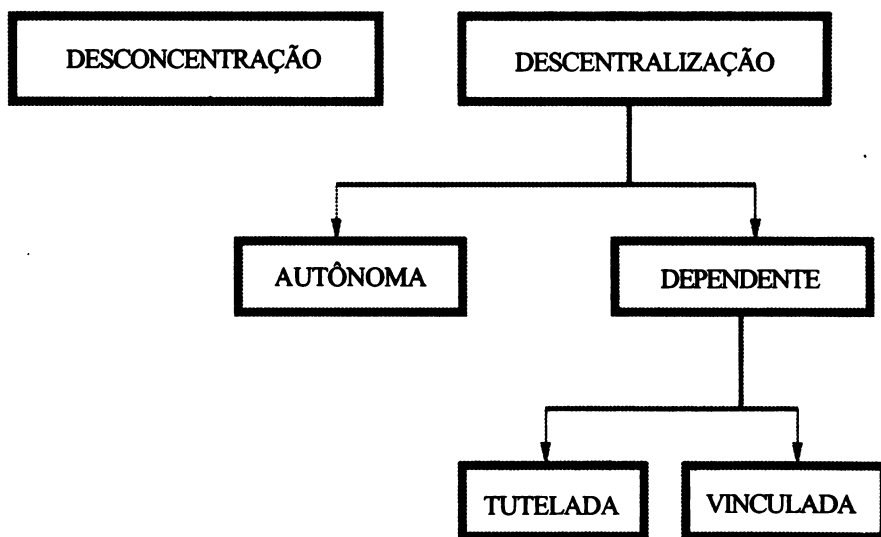
A DESCENTRALIZAÇÃO PODE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL POR LEVAR AS INSTÂNCIAS EXECUTIVAS E DECISÓRIAS PARA PERTO DA COMUNIDADE, DOS PROBLEMAS E DOS INTERESSES LOCAIS

DESCENTRALIZAÇÃO É UM MOVIMENTO CONSISTENTE COM A GLOBALIZAÇÃO E CORRESPONDE A UMA RESPOSTA ADEQUADA À FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO PROVOCADA PELA GLOBALIZAÇÃO

Descentralização e desconcentração

DESCONCENTRAÇÃO É A TRANSFERÊNCIA DAS RESPONSABILIDADES EXECUTIVAS PARA UNIDADES ESPACIAIS DE MENOR ESCALA SEM AUTONOMIA DECISÓRIA

Desconcentração pode ser definida também como o processo de implementação das ações por agências descentralizadas de órgãos centrais (André Médici)



Na visão de Médici, só existe autonomia decisória na **descentralização autônoma, que, na sua visão, representa a assunção efetiva pela instância menor dos gastos com recursos próprios**

Descentralização e municipalização

MUNICIPALIZAÇÃO É O PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA COM A TRANSFERÊNCIA PARA O PLANO MUNICIPAL DAS RESPONSABILIDADES EXECUTIVAS, GERENCIAIS E DECISÓRIAS DE INSTÂNCIAS SUPERIORES

Tendência geral

Processo e tendência mundial de descentralização das iniciativas e ações do Estado diante de novos desafios

**“...buscam-se novos modos de governança, uma vez que o desafio da crescente complexidade, diversidade e variedade não pode ser respondido pela abordagem tradicional de governo”
(Markku Sotarauta – tradução livre)**

Processo e tendência forte de descentralização e desconcentração no Brasil

- **redistribuição de recursos para instâncias municipais**
- **gestão e execução de projetos pelo município**

PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIDADE

1. Estado-Estado

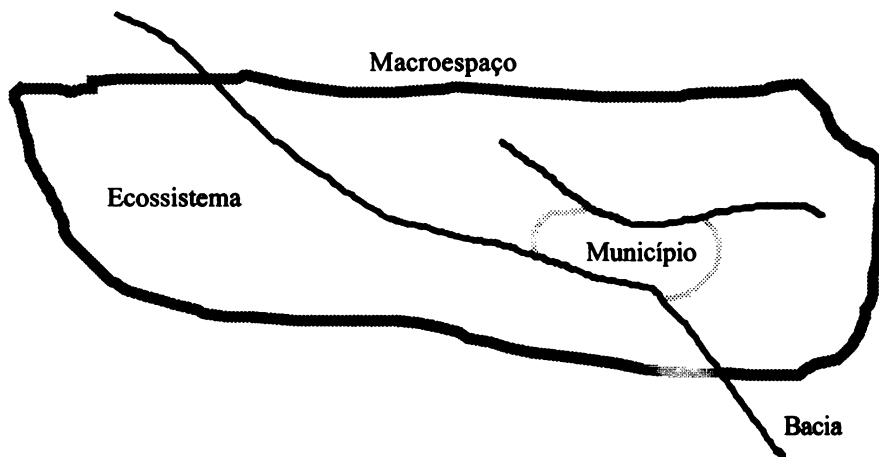
TUDO QUE PUDER SER FEITO – DE FORMA MAIS EFICIENTE, EFICAZ E EFETIVA – POR UMA ENTIDADE ESPACIALMENTE MENOR E MAIS PRÓXIMA DOS PROBLEMAS NÃO DEVE SER FEITO POR UM ORGANISMO MAIOR E MAIS DISTANTE DA REALIDADE

- **LOCAL COMO CATALISADOR E ARTICULADOR DAS AÇÕES DE DIFERENTES INSTÂNCIAS, COM INTIMIDADE E PROXIMIDADE DOS PROBLEMAS E DA SOCIEDADE**

- **LOCAL COMO LOCUS DE CONVERGÊNCIA DAS AÇÕES CENTRALIZADAS E DESCENTRALIZADAS, COM A DISTRIBUIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES EXECUTIVAS E DECISÓRIAS**

DESCENTRALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO

- VISÃO AGREGADA DO MACROESPAÇO E DAS INTERAÇÕES E PROBLEMAS COMUNS DOS SUBESPAÇOS (MUNICÍPIOS, MICRORREGIÕES, BACIAS,...)
- REGULAÇÃO DOS CONFLITOS DE INTERESSES E TROCA DE EXTERNALIDADES ENTRE OS SUBESPAÇOS E SEUS IMPACTOS ABRANGENTES



Atividades e responsabilidades centralizadas e descentralizadas não devem ser concorrentes mas complementares, segundo as características dos segmentos e a abrangência da questão a ser enfrentada.

As diversas instâncias não são excludentes, mas complementares nos níveis de abrangência e complexidade de cada unidade espacial e temática

DESCENTRALIZAÇÃO COORDENADA

2. Estado-Sociedade

TUDO QUE PUDER SER FEITO – DE FORMA MAIS EFICIENTE, EFICAZ E EFETIVA – PELA SOCIEDADE E SUAS DIVERSAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE SER REALIZADO PELO ESTADO (DEVE SER REALIZADO PELA SOCIEDADE)

“... em um sistema no qual as autoridades locais organizam, asseguram e monitoram a provisão dos serviços, sem necessariamente os prover diretamente” (Ridley, citado por Midwinter)

LÓGICAS E POSTURAS DIFERENTES

- **Governos** – enquanto provedores de serviços públicos – orientam-se, normalmente, pela **eficácia** dos projetos e iniciativas (realização das metas e objetivos)
- **Sociedade** – enquanto cidadão coletivo e consumidor de bens e serviços – orienta-se pela **efetividade** (resultados sócio-econômicos)
- **Instituições privadas** (incluindo empresas) – enquanto produtores de bens e serviços públicos – orientam-se pela **eficiência** (economia de meios)

PARCERIA E CO-RESPONSABILIDADE

DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

- PROXIMIDADE DOS PROBLEMAS, INTERESSES E NECESSIDADES DA POPULAÇÃO
- POSSIBILIDADE DE MAIOR PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO PROCESSO DECISÓRIO (DEMOCRACIA DIRETA)

Quanto menor a **unidade espacial** de gestão descentralizada e a **amplitude temática** mais próximo da democracia direta e da participação direta dos cidadãos nas decisões

- PODER LOCAL MAIS FACILMENTE DOMINADO E CONTROLADO PELAS OLIGARQUIAS E CULTURA POLÍTICA TRADICIONAIS
- PREDOMÍNIO DAS VISÕES LOCALIZADAS E LIMITADAS COM MENOR PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E GLOBAL (RISCO DE DEFINIÇÕES DE POLÍTICA ATOMIZADA E FRAGMENTADA)

PARADOXO DA DESCENTRALIZAÇÃO: O FORTALECIMENTO DO PODER LOCAL PODE REFORÇAR A **OLIGARQUIA** E A **VISÃO FRAGMENTADA**, AO MESMO TEMPO EM QUE **FORTALECE A DEMOCRACIA** E **CAPACITA A SOCIEDADE** PARA A COMPREENSÃO DA SUA REALIDADE E SUAS POSSIBILIDADES

Desenvolvimento local e Reforma Agrária

Assentamentos e desenvolvimento local

**DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS É O
DESENVOLVIMENTO LOCAL COM CORTE ESPACIAL LIMITADO
À ÁREA DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA (PODE
SER MENOR OU MAIOR QUE OS MUNICÍPIOS)**

- **ESPAÇO DE INTERVENÇÃO CONCENTRADA E ARTICULADA
DE DIFERENTES INSTÂNCIAS**

- **NÚCLEO CATALISADOR DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL E MUNICIPAL**

DESCENTRALIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

- **REDISTRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES INTERNAS
AO INCRA (SEDE E SUPERINTENDÊNCIAS)**

- **PARCERIA COM ÓRGÃOS LOCAIS**

- **PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS DECISÕES**

- **EXECUÇÃO DE PROJETOS E SERVIÇOS POR
ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS**

Perspectivas e necessidades de desenvolvimento dos assentamentos

- Inserção e interação com o contexto

INTEGRAÇÃO COM A DINÂMICA E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

- Receber as influências e iniciativas positivas externas
- Oferecer contribuição para o desenvolvimento municipal

- Busca da viabilidade econômica e capacidade competitiva

COMPREENDER O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E AS PERSPECTIVAS DE MERCADO GLOBAL E LOCAL

DESCENTRALIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Tânia Bacelar

1. Descentralização: uma tendência geral

Globalização e descentralização

- ATORES GLOBAIS: comando centralizado e OPERAÇÃO DESCENTRALIZADA
- COMANDO CENTRALIZADO (à escala global)
- OPERAÇÃO DESCENTRALIZADA (à escala local)

⇒ descentralização de estratégias empresariais

Reforma do Estado e descentralização

- ESTADO NACIONAL pressionado a recuar de controles nacionais (desregulamentar)
- GOVERNOS SUBNACIONAIS (ESTADOS E MUNICÍPIOS) *tendem* a ganhar espaço

⇒ descentralização de políticas públicas

Inovações tecnológicas e descentralização

- NOVAS TECNOLOGIAS (especialmente de transmissão de informações)
- PRODUÇÃO FLEXÍVEL

⇒ Estímulo à descentralização da gestão

2. Descentralização no Brasil

Principais determinantes

- Inserção na GLOBALIZAÇÃO via integração competitiva (dos focos mais dinâmicos)
- ABERTURA COMERCIAL E REESTRUTURAÇÃO Diferenciada (nos focos dinâmicos)
- REFORMA DO ESTADO e movimento descentralizador (intergoverno e terceirizações)
- REDEMOCRATIZAÇÃO, CONSTITUINTE e Descentralização (limitada e pouco definida), mas com apoio social (para ampliar controle e participação)
- AVANÇO DA PRESENÇA DAS ONGs: políticas públicas locais exitosas (e não-governamentais)

Principais tendências e experiências

- Transferências Financeiras (e movimento reconcentrador)
- Crise do Setor Público e riscos de desobrigação
- ONGs com experiências em políticas públicas de apoio a pequena produção e em políticas sociais
- Experiências descentralizadoras nas Políticas Sociais (saúde, educação, etc.)
- Experiências Locais Exitosas (Prefeituras, ONGs, outros atores)

Principais receios

- **RISCO DE FRAGMENTAÇÃO:** passagem da centralização autoritária para a descentralização atomizada

⇒ DEBATE E IMPLEMENTAÇÃO DA
DESCENTRALIZAÇÃO COORDENADA

- **RISCO DA DESOBRIGAÇÃO DO SETOR PÚBLICO:** delegação de atribuições sem descentralização financeira

⇒ NEGOCIAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
COORDENADA

- **RISCO DE DESCONCENTRAÇÃO:** em vez de descentralização

⇒ ENVOLVIMENTO AMPLO DA
SOCIEDADE CIVIL

3. Descentralização da RA no Brasil

Discutindo conceitos

- DESCONCENTRAÇÃO
- ESTADUALIZAÇÃO
- PREFEITURIZAÇÃO
- MUNICIPALIZAÇÃO

⇒ DESCENTRALIZAÇÃO (REPASSE DE AUTORIDADE/
PODER, concomitante à DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES

Discutindo a natureza da RA

- POLÍTICA FUNDIÁRIA: passo importante que altera marco legal (propriedade) ⇒ requer UNIÃO
- POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: dimensão econômica
- POLÍTICAS SOCIAIS: oferta de serviços coletivos nos assentamentos

⇒ DESCENTRALIZAÇÃO: PROCESSO COMPLEXO

Discutindo a herança

- A dimensão reduzida do Programa
- Centralização no INCRA
- Assentamentos vistos como “TERRITÓRIOS FEDERAIS”
- Municípios sem tradição de ação nesse tipo de programa(além da questão política)

Discutindo tendências atuais

- A multiplicação dos assentamentos: muda a escala
- S. Público endividado e deficitário: busca de parcerias (leitura da desobrigação)
- Experiências de descentralização com melhoria de eficácia e efetividade: saúde, educação
- Sociedade Civil ativa e com vivência de processos de descentralização (alguns não-exitosos)

A questão do financiamento

BRASIL: COMPOSIÇÃO DA RECEITA DO GOVERNO, POR ESFERA

1995

ESFERA de GOVERNO	ARRECADAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS	(Em % do PIB)
			RECEITA DISPONÍVEL
FEDERAL	20,1	- 3,04	17,0
ESTADUAL	8,8	- 0,42	8,4
MUNICIPAL	1,7	+ 3,46	5,2
Carga Bruta	30,6		30,6

FONTE dos dados básicos: MF/Receita Federal e TCU.

⇒ O PAPEL CENTRAL DA UNIÃO

⇒ DESCENTRALIZAR AÇÕES DE APOIO
AO DESENVOLVIMENTO DOS
ASSENTAMENTOS

Visão de atores estratégicos

- **MANTER DESAPROPRIAÇÃO COMO MANDA A CONSTITUIÇÃO:** razões distintas para um consenso
 - **DESCENTRALIZAÇÃO como PROCESSO NEGOCIADO e GRADUALMENTE IMPLANTADO:** mais uma convergência
 - **ESTADUALIZAR OU MUNICIPALIZAR:** uma grande rejeição
 - **POUCO CONHECIMENTO DA PROPOSTA DO GOVERNO:** uma dificuldade
- ⇒ **DESCENTRALIZAÇÃO para ENVOLVER mais atores e DEMOCRATIZAR políticas públicas:** espaço para iniciar a discussão

Pontos para diálogo com sociedade civil organizada

- **DESCENTRALIZAÇÃO** como forma de ampliar o apoio ao desenvolvimento da produção familiar (dentro e fora dos assentamentos) ⇒ requer articulação
- **DESCENTRALIZAÇÃO COORDENADA** para evitar riscos de atomização e perda de eficiência, dispersão, etc.
- **DESCENTRALIZAÇÃO** como forma de ampliar participação das entidades representativas dos assentados, como associações, MST, CONTAG, etc.
- **DESCENTRALIZAÇÃO SEM desobrigação** (sobretudo da União)
- **Definição clara sobre novos papéis e processo de reorganização do INCRA**

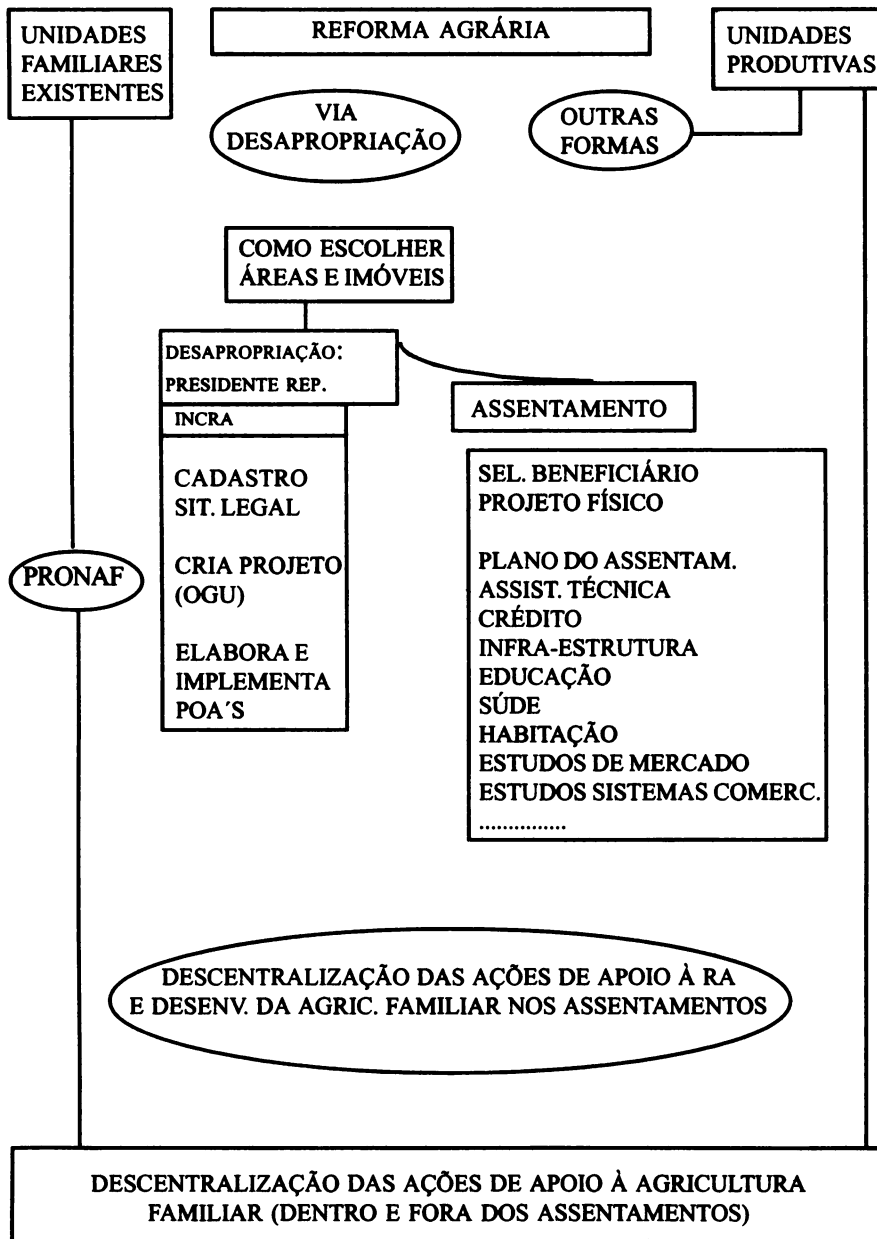
Pontos para diálogo com estados e municípios

- **CLAREZA QUANTO AO FINANCIAMENTO**
- **RECEIO DE PARTILHAR APENAS O ÔNUS e ser foco de pressões do movimento social**
- **ABERTURA PARA DISCUTIR PARCERIAS em várias tarefas, especialmente apoio à implantação infra-estrutura econômica e social dos assentamentos (em especial à manutenção), apoio às vistorias, entre outras**
- **PREFEITOS tendem a perceber o assentamento mais como problema que como oportunidade (em especial nos municípios que atraem assentados, ou prefeitos mais ligados às oligarquias)**
- **Percepção dos assentamentos como ÁREAS DE INVESTIMENTO PRIVILEGIADO (tendem a investir fora)**

Os desafios para o INCRA

- **O AVANÇO DA REFORMA AGRÁRIA: tendência a propor multiplicar o INCRA (em meio a quadro de redução)**
 - **O CONTEXTO ADVERSO DA CRISE DO SETOR PÚBLICO, DESMONTE DAS ESTRUTURAS, APOSENTADORIAS, QUEBRA DA ESTABILIDADE, etc.**
 - **A HERANÇA DA AÇÃO CENTRALIZADA E EXECUTIVA: pouca experiência em parcerias e delegação – algumas negativas – e pouca tradição em articulação, coordenação**
 - **AUSÊNCIA de PROPOSTA CLARA de REESTRUTURAÇÃO da ENTIDADE**
- ⇒ **DESCENTRALIZAÇÃO PERCEBIDA COMO AMEAÇA, mais que como uma OPORTUNIDADE**

FOCO INICIAL DO DEBATE



Questões complementares

- **O MUNICÍPIO como LOCUS PRIVILEGIADO DA INTEGRAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS**
 - ⇒ quebra tradição de isolamento em NÍVEL LOCAL, pela relação dominante com o INCRA
 - ⇒ Melhora possibilidades de SUSTENTABILIDADE do assentamento
 - ⇒ Melhora as condições para a EMANCIPAÇÃO
- **DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR FORA DOS ASSENTAMENTOS**

5.3 RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

SEMINÁRIO SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Relação de participantes

Nome:	Carlos Jara
Órgão:	IICA/PRORURAL
Local de Trabalho:	PRORURAL
Endereço:	Rua Benfica, 1008 – Madalena Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 445.1555
Nº do Fax:	(081) 445.2955
E-Mail:	
Nome:	Marcos Correia Lins
Órgão:	Gabinete do MEPF
Local de Trabalho:	MEPF – Brasília
Endereço:	SBN – Ed. Palácio do Desenvolv.– 18º Andar Brasília-DF
Nº Telefone:	(061) 214-7121
Nº do Fax:	
E-Mail:	mlins@incra.gov.br
Nome:	Joaquim Lucas Furtado
Órgão:	Superintendência do INCRA – Piauí
Local de Trabalho:	Gabinete do INCRA
Endereço:	Av. Joaquim Ribeiro, 835 – Centro Teresina/PI
Nº Telefone:	(086) 223-5860
Nº do Fax:	
E-Mail:	
Nome:	Francisco Carlos Araújo
Órgão:	INCRA/Piauí
Local de Trabalho:	Planejamento – SR – 24/P
Endereço:	Av. Joaquim Ribeiro, 835 – Centro Teresina/PI
Nº Telefone:	(086) 222-1553 – Ramais: 128/129
Nº do Fax:	
E-Mail:	

Nome:	José Wilson de Sousa Odorico
Órgão:	INCRA/Piauí
Local de Trabalho:	Grupamento de Planejamento – SR – 24/P
Endereço:	Av. Joaquim Ribeiro, 835 – Centro Teresina / PI
Nº Telefone:	(086) 222-1553 - Ramal: 128
Nº do Fax:	(086) 222 –1825
E-Mail:	
Nome:	José Acácio Mourão de Oliveira
Órgão:	INCRA/Ceará
Local de Trabalho:	Divisão de Assentamento
Endereço:	Av. José Bastos, 4700 – Couto Fernandes Fortaleza/CE
Nº Telefone:	(085) 292-1201
Nº do Fax:	(085) 225-3309
E-Mail:	
Nome:	Maria das Dores Ayres Feitosa
Órgão:	INCRA/Ceará
Local de Trabalho:	Divisão de Assentamento
Endereço:	Av. José Bastos – Couto Fernande Fortaleza/CE
Nº Telefone:	(085) 245-2477 – Ramais: 409/406
Nº do Fax:	(085) 225-3309
E-Mail:	
Nome:	Sevy Madureira
Órgão:	PNUD/INCRA
Local de Trabalho:	Brasília e Estados
Endereço:	SBN – Palácio do Desenvolvimento – Sala 1418 Brasília/DF
Nº Telefone:	(061) 321-6773 ou (081) 423-7758
Nº do Fax:	(061) 321.6773 ou (081) 423-7758
E-Mail:	sevy@elogica.com.br
Nome:	Raimundo Ferreira Filho
Órgão:	PCT INCRA/IICA
Local de Trabalho:	INCRA – Sede Central
Endereço:	SBN – Ed. Palácio do Desenvolvimento – S/ 1422 Brasília/DF
Nº Telefone:	(061) 214-7349
Nº do Fax:	
E-Mail:	TORNITON@PERSOCOM.COM.BR

Nome:	Elarmim Miranda
Órgão:	INCRA – Mato Grosso – SR – 13
Local de Trabalho:	Superintendência Regional do INCRA – Mato Grosso
Endereço:	Rua 08 – Q 15 – CPA
Nº Telefone:	(065) 644-1482 / 644-1714 / 971-5365
Nº do Fax:	(065) 644-2359
E-Mail:	
Nome:	José Vaz Parente
Órgão:	CNASI
Local de Trabalho:	INCRA – Sede
Endereço:	SBN – Ed. Palácio do Desenvolv. – 14º Andar Brasília / DF
Nº Telefone:	(061) 214-7463
Nº do Fax:	(061) 322-3245
E-Mail:	
Nome:	Isnaldo Francisco da Silva
Órgão:	INCRA – Pernambuco
Local de Trabalho:	Divisão de Cadastro de Imóveis Rurais
Endereço:	Av. Rosa e Silva, 950 – Aflitos Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 231-3053 / 2231 – 3312 – Ramal: 251
Nº do Fax:	(081) 231-2599
E-Mail:	
Nome:	Hugo Silveira Herédia
Órgão:	CNASI
Local de Trabalho:	INCRA – Sede
Endereço:	SBN – Ed. Palácio do Desenvolv. – 14º Andar Brasília/DF
Nº Telefone:	(061) 214-7463
Nº do Fax:	(061) 322-3245
E-Mail:	
Nome:	José Ailton de Lima
Órgão:	CONDEPE
Local de Trabalho:	Presidência
Endereço:	Rua Gervásio Pires, 399 Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 421-1965
Nº do Fax:	(081) 231-3379
E-Mail:	cnpresi@fisepe.pe.gov.br

Nome:	Antonio Marcus de Souza Ribeiro
Órgão:	INCRA/PE
Local de Trabalho:	Divisão de Assentamentos
Endereço:	Av. Rosa e Silva, 950 – Afritos Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 231-2219
Nº do Fax:	(081) 231-2219
E-Mail:	
Nome:	Gabriel Tenório Katter
Órgão:	PCT – INCRA/IICA/PE
Local de Trabalho:	
Endereço:	Rua da Conceição, 189 – Sala 102
Nº Telefone:	(081) 231-7204
Nº do Fax:	
E-Mail:	
Nome:	Hérmedes Miranda de Souza Teixeira
Órgão:	INCRA/PA
Local de Trabalho:	Superintendência Regional do INCRA – Pará
Endereço:	Av. Murucutum s/nº - Bairro Sousa Belém /PA
Nº Telefone:	(091) 226-1001 / 988-2017
Nº do Fax:	(091) 226-7370
E-Mail:	
Nome:	José Nazareno Sanches da Silva
Órgão:	INCRA – Pará
Local de Trabalho:	Superintendência Regional do INCRA – Pará
Endereço:	Av. Murucutum s/nº - Bairro Sousa Belém /PA
Nº Telefone:	(091) 246-9264 / 226-1001 / 246-6118
Nº do Fax:	(091) 226-7370
E-Mail:	
Nome:	Antonio Bezerra Peixoto
Órgão:	IDACE/ANOTER
Local de Trabalho:	Fortaleza/CE
Endereço:	Rua Nogueira Accioli, 1400 – 2º andar
Nº Telefone:	(085) 253-1672
Nº do Fax:	(085) 253-2769
E-Mail:	abpeixoto.idace@top.com.br

Nome:	Marcos Alexandre Kowarick
Órgão:	ITERMA
Local de Trabalho:	São Luís – MA
Endereço:	Rua das Hortas, 270
Nº Telefone:	(098) 232-3664 / 232-3868 / 232-3623
Nº do Fax:	(098) 232-3664 / 232-3868
E-Mail:	
Nome:	José Rodrigues Sobrinho
Órgão:	ITERN
Local de Trabalho:	ITERN
Endereço:	Av. Afonso Pena, 1155 Natal/RN
Nº Telefone:	(084) 211-4297
Nº do Fax:	(084) 212-1341
E-Mail:	
Nome:	Hildebrando Nunes M. Filho
Órgão:	INCRA – São Luís
Local de Trabalho:	INCRA – São Luís/MA
Endereço:	Av. Santos Dumont, 18 São Luís/MA
Nº Telefone:	(098) 245-1188
Nº do Fax:	
E-Mail:	
Nome:	Manoel Jamir Fernandes Júnior
Órgão:	Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Norte
Local de Trabalho:	SAAB – RN – Natal / RN
Endereço:	Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Norte (084) 231-1212 Ramal: 255
Nº Telefone:	(084) 231-8335
Nº do Fax:	
E-Mail:	
Nome:	Valter de Carvalho
Órgão:	AACC – Associação de Apoio às Comunidades de Campo
Local de Trabalho:	Superintendência
Endereço:	Múcio Galvão, 449 – Lagoa Seca Natal/RN
Nº Telefone:	(084) 211-6131
Nº do Fax:	(084) 211-6415
E-Mail:	aacc@col.com.br

Nome:	Esposito Rufino de Araújo
Órgão:	CONTAG – Confederação Nac. dos Trabalhadores na Agric.
Local de Trabalho:	Rua Gersávio Pires, 876 – Boa vista
Endereço:	Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 421-1222
Nº do Fax:	(081) 421-1222
E-Mail:	
Nome:	Antonio Renato Rodrigues
Órgão:	INCRA – Rondônia
Local de Trabalho:	INCRA/RO
Endereço:	Av. Lauro Sodré, 3050 – Parque dos Tanques Porto Velho/RO
Nº Telefone:	(069) 224-1691
Nº do Fax:	(069) 224-3583
E-Mail:	
Nome:	José Lopes de Oliveira
Órgão:	INCRA/RO
Local de Trabalho:	Superintendência Regional do INCRA/RO
Endereço:	Av. Lauro Sodré, 3050 – Parque dos Tanques Porto Velho/RO
Nº Telefone:	(069) 224-1545 - Ramal: 143
Nº do Fax:	(069) 224-3583
E-Mail:	
Nome:	Maria Amália Ferreira
Órgão:	INCRA/RO
Local de Trabalho:	Superintendência Regional do INCRA/RO
Endereço:	Av. Lauro Sodré, 3050 – Parque dos Tanques Porto Velho/RO
Nº Telefone:	(069) 224-1545 - Ramal: 162
Nº do Fax:	(069) 224-3583
E-Mail:	
Nome:	Maria Luiza Pereira da Silva
Órgão:	INCRA/Brasília
Local de Trabalho:	INCRA/Brasília
Endereço:	SBN – Ed. Palácio do Desenvolvimento – S/ 1510 Brasília/DF
Nº Telefone:	(061) 214-7483 / 214-7416
Nº do Fax:	(061) 223-5200
E-Mail:	

Nome:	Josemar Souza Lima
Órgão:	Instituto do Homem
Local de Trabalho:	Instituto do Homem
Endereço:	Av. Jerônimo do Albuquerque, s/nº São Luís/MA
Nº Telefone:	(098) 246-2611
Nº do Fax:	(098) 246-1776
E-Mail:	
Nome:	Sérgio Moreira da Silva
Órgão:	IICA / Brasília
Local de Trabalho:	SHIS – QI 5 – Conjunto 9 – Bloco D – Lago Sul
Endereço:	SHIS – QI 5 – Conjunto 9 – Bloco D – Lago Sul Brasília/DF
Nº Telefone:	(061) 248.5477
Nº do Fax:	(061) 248.5477 Ramal 152
E-Mail:	
Nome:	Ronnie Phillips
Órgão:	Programa INCRA/BID
Local de Trabalho:	INCRA/Brasília
Endereço:	SBN – Ed. Palácio do Desenvolvimento – s/ 907 Brasília/DF
Nº Telefone:	(061) 214.7610
Nº do Fax:	
E-Mail:	
Nome:	Luiz Alfredo Soares da Fonseca
Órgão:	INCRA
Local de Trabalho:	Superintendência Regional do Maranhão
Endereço:	Av. Santos Dumont, 18 São Luís/MA
Nº Telefone:	(098) 245-1188
Nº do Fax:	(098) 245-1117
E-Mail:	
Nome:	João Elmo Schneider
Órgão:	PCT INCRA/IICA
Local de Trabalho:	INCRA – Sede – Brasília/DF – CEP.: 70.057-900
Endereço:	SBN – Ed. Palácio do Desenvolvimento – S/ 1422 Brasília/DF
Nº Telefone:	(061) 214-7349 – Res. (061) 577-1304
Nº do Fax:	(061) 321.6773
E-Mail:	

Nome:	Leonilde Sérvolo de Medeiros
Órgão:	CPDA/UFRRJ
Local de Trabalho:	Rio de Janeiro/RJ
Endereço:	Av. Presidente Vargas, 417 – 8º andar RJ – CEP 20.071-003
Nº Telefone:	(021) 224-8577 – Res.: (021) 286-9176
Nº do Fax:	(021) 252-6604
E-Mail:	lmcmedeiros@ax.apc.org
Nome:	Bernardo Mançano Fernandes
Órgão:	UNESP
Local de Trabalho:	Presidente Prudente/SP
Endereço:	Rua Roberto Simonsen, 305
Nº Telefone:	(018) 321-0670 / 221-5388 / 222-1234
Nº do Fax:	(018) 223-2227
E-Mail:	Bernardo@Prudente.Com.br
Nome:	Luiz Gugé Santos Fernandes
Órgão:	INCRA – Bahia
Local de Trabalho:	Superintendência Regional da Bahia – Salvador/BA
Endereço:	Av. Ulisses Guimarães, 640 – C.A. B. Salvador/BA
Nº Telefone:	(071) 372-6353
Nº do Fax:	(071) 371-0094
E-Mail:	
Nome:	Ricardo Bezerra Vitório
Órgão:	INCRA/Alagoas
Local de Trabalho:	Superintendência Regional do INCRA – Alagoas
Endereço:	Rua Senador Mendonça, 148 – 5º andar Maceió – AL
Nº Telefone:	(082) 326-2528 / 336-1114
Nº do Fax:	(082) 326-5288
E-Mail:	
Nome:	Lúcia Helena Dias Fernandes
Órgão:	SEPLAN
Local de Trabalho:	SEPLAN – DPR – PROMATA
Endereço:	Rua da Moeda, 56 – Bairro do Recife Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 224-5201 / 224-4097 – Ramal: 238
Nº do Fax:	(081) 224-5263
E-Mail:	

Nome:	Rémi Trier
Órgão:	SEPLAN/IICA
Local de Trabalho:	DPR – Programa PROMATA
Endereço:	Rua da Moeda, 56 – Bairro do Recife Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 224-5201 / 224-4097 – Ramal: 238
Nº do Fax:	(081) 224-5263
E-Mail:	
Nome:	Leivaldo M. S. Lima
Órgão:	CERA – Comissão Estadual de Reforma Agrária – PE
Local de Trabalho:	Secretaria do Governo – Pernambuco
Endereço:	Rua Confederação do Equador, 111 Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 222-2381
Nº do Fax:	
E-Mail:	
Nome:	José Maria da Rocha
Órgão:	INCRA/RN
Local de Trabalho:	Superintendência Regional do INCRA/RN
Endereço:	Rua Potengui, 612 – Bairro Petrópolis Natal/RN
Nº Telefone:	(084) 211-6762 / 202-4348 / 211-4500
Nº do Fax:	(084) 202-1636
E-Mail:	
Nome:	Francisco Sales Cartaxo Rolim
Órgão:	Comissão Estadual de Reforma Agrária
Local de Trabalho:	
Endereço:	Rua Confederação do Equador, 111 Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 425-6472 / 222-1231
Nº do Fax:	(081) 222-2381
E-Mail:	
Nome:	Tânia Bacelar de Araújo
Órgão:	IICA (PCT INCRA/IICA)
Local de Trabalho:	Recife
Endereço:	Rua Setúbal, 860 A – Ap. 903 – 51.030-010 Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 341-1527 / 268-2639
Nº do Fax:	(081) 341-1527 / 268-2639
E-Mail:	araujo@truenet.com.br

Nome:	Bruno Ribeiro de Paiva
Órgão:	Comissão Est. de Reforma Agrária – Gov. do Estado de PE
Local de Trabalho:	
Endereço:	Rua Confederação do Equador, 111 Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 425-2384 / 222-1231
Nº do Fax:	(081) 222-2381
E-Mail:	brunobid@elogia.com.br
Nome:	Fernanda Cunha Barreto
Órgão:	PRORURAL – Cédula da Terra
Local de Trabalho:	
Endereço:	Rua Benfica, 1008 Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 445-1555
Nº do Fax:	(081) 445-2955
E-Mail:	
Nome:	Ivone Vital
Órgão:	PRORURAL
Local de Trabalho:	
Endereço:	Rua Benfica, 1008 Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 445-1555
Nº do Fax:	(081) 445-2955
E-Mail:	
Nome:	Rachel Cossich Furtado
Órgão:	INCRA/PNUD
Local de Trabalho:	Recife – Coord. das Ações da Reforma Agr. – Norte e Nordeste
Endereço:	Rua Manoel de Carvalho, 286 – Apt. 101 Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 965-9567
Nº do Fax:	
E-Mail:	
Nome:	Ivanilson Guimarães
Órgão:	Projeto INCRA/PNUD
Local de Trabalho:	Brasília/DF
Endereço:	SBN – Ed. Palácio do Desenvolv. – Salas 1418/19
Nº Telefone:	(061) 321-6773 / 214-7598
Nº do Fax:	(061) 321-6773
E-Mail:	

Nome:	José Aécio Rodrigues
Órgão:	SEAGRI/CORA
Local de Trabalho:	Salvador/BA
Endereço:	Av. Tancredo Neves s/nº
Nº Telefone:	(071) 358-2362
Nº do Fax:	(071) 358-9698
E-Mail:	aecio@e-net.com.br
Nome:	Júlio Cezar Ramalho Ramos
Órgão:	INCRA/PB
Local de Trabalho:	Superintendência Regional do INCRA – Paraíba
Endereço:	Rua Desportista Aurélio Rocha, 592 Paraíba
Nº Telefone:	(083) 244-8212
Nº do Fax:	(083) 244-1624
E-Mail:	
Nome:	Eliana M. Martins Ferreira
Órgão:	Escritório da FAO
Local de Trabalho:	Brasília
Endereço:	Eixo Monumental, Via S1 – Cruzeiro Brasília – DF
Nº Telefone:	(061) 226-3540
Nº do Fax:	(061) 226-2980
E-Mail:	fao-bra@field.fao.org
Nome:	Carlos Miranda
Órgão:	IICA
Local de Trabalho:	Brasília/DF
Endereço:	SHIS – QI 5 – Conj. 09 – Bloco D – Lago Sul Brasília/DF
Nº Telefone:	(061) 248.5477 Ramal 121 ou 117
Nº do Fax:	(061) 248.5477 Ramal 152
E-Mail:	
Nome:	Abdias Vilar de Carvalho
Órgão:	INCRA
Local de Trabalho:	Superintendência Regional do INCRA – Pernambuco
Endereço:	Av. Rosa e Silva, 950 – Afifos Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 231-3570
Nº do Fax:	(081) 231-2599
E-Mail:	

Nome: Órgão: Local de Trabalho: Endereço: Nº Telefone: Nº do Fax: E-Mail:	Maria de Nazareth Wanderley Rua Profª Anunciada da Rocha Melo, 57/901 (081) 445-0258 (081) 445-0258 wanvilar@truenet.br
Nome: Órgão: Local de Trabalho: Endereço: Nº Telefone: Nº do Fax: E-Mail:	Aécio Gomes de Matos Ministério Extraordinário de Política Fundiária INCRA/Recife Aecio@incra.gov.br
Nome: Órgão: Local de Trabalho: Endereço: Nº Telefone: Nº do Fax: E-Mail:	Maria Célia dos Reis INCRA/Goiás Goiânia Rua J – 12 – Qd. 46 – Lote 13 – St. Jaó – CEP 74673.260 (062) 204-2713 / 204-1444 (062) 204-2262
Nome: Órgão: Local de Trabalho: Endereço: Nº Telefone: Nº do Fax: E-Mail:	Francisco Orlando Costa Muniz INCRA – Brasília Diretoria de Assentamento – Brasília / DF SBN – Ed. Palácio do Desenvolv. – 15º andar Brasília /DF (061) 214-7125 (061) 226-6867 orlando@incra.gov.br
Nome: Órgão: Local de Trabalho: Endereço: Nº Telefone: Nº do Fax: E-Mail:	Milton Seligman INCRA – Brasília Presidência SBN – Ed. Palácio do Desenvolvimento – 20º andar Brasília/DF (061) 223-0088 / 321-1174 / 214-7212 (061) 225-5639 seligman@incra.gov.br

Nome:	Sérgio C. Buarque
Órgão:	IICA
Local de Trabalho:	
Endereço:	Rua Hoel Sette, 144 – Ao. 702 – Jaqueira Recife/PE
Nº Telefone:	(081) 268-7905
Nº do Fax:	(081) 268-7905
E-Mail:	sbuarque@truenet.com.br



**Gráfica e Editora
Brasil**

SIC - Q 08 - Nº 2.378 - Tel.: (061) 344.1614
FAX: 344.1613 - Brasília/DF



